

PELÁEZ, Carlos Manuel (Coord.). *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1973.

O PROBLEMA DO CAFÉ NO BRASIL*

Antônio Delfim Netto

* Este ensaio foi originalmente publicado como parte de *O problema do café no Brasil*. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1959, e é republicado aqui com a amável autorização do autor.

ANTÔNIO DELFIM NETTO

Nascido em São Paulo, formou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, onde veio a ser, depois, professor catedrático (1958). Exerceu várias funções técnicas na administração pública, entre outras a de Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Desde 1967 é Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda do Brasil. Além de inúmeros artigos em jornais e revistas especializadas, publicou vários livros, entre os quais Sobre alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento, Alguns problemas da agricultura brasileira, Alguns aspectos da inflação brasileira.

O mercado cafeeiro sem a intervenção governamental

Introdução

É muito difícil penetrar-se no âmago do problema cafeeiro e em todas as suas variadas implicações sobre a economia nacional sem o estudo minucioso da sua história. Aqui, como em todo problema da vida real, a aproximação metodológica que nos parece mais fecunda é através da história. É dessa observação que eventualmente nascerá um modelo abrangendo as variáveis mais importantes do fenômeno e que nos permitirá compreendê-lo mais profundamente.

Vamos procurar, no presente capítulo, reconstituir a história do café neste último século, ressaltando, principalmente, as relações existentes entre ela, o câmbio e a estabilidade monetária do País, e procurando inseri-la dentro do panorama mais geral do movimento dos negócios, em escala mundial.

O primeiro cuidado num trabalho dessa natureza reside na reconstituição das séries históricas. Felizmente, o trabalho de Henry Hopp (1954) contém um precioso apêndice de dados e que nos serviu de base. Conferimos aqueles dados com informações suplementares obtidas em outras fontes e ampliamos o período coberto pelas tabelas.

Nosso objetivo é mostrar o comportamento cíclico dos preços no mercado cafeeiro e as implicações desse movimento sobre a economia nacional. Como preço de referência tomamos o preço de importação nos Estados Unidos da América do Norte, calculado dividindo-se o pagamento total em dólares pelo volume de café importado. Nossa escolha recaiu sobre essa série por várias razões:

- a) ela reflete o comportamento dos preços de todos os cafés (nossos e de nossos concorrentes);
- b) essa média tem um sentido mais preciso de que as médias anuais de preço, que em geral são calculadas como a média das cotações de um determinado dia da semana; e
- c) a importância dos vários tipos de café se alterou durante o período de observação (o Rio 7 era o mais importante no mercado de Nova Iorque e hoje não é mais o principal café brasileiro cotado naquele mercado; o Santos 4 não existia e hoje é o mais importante), de maneira que seria difícil encaixar as cotações do disponível.

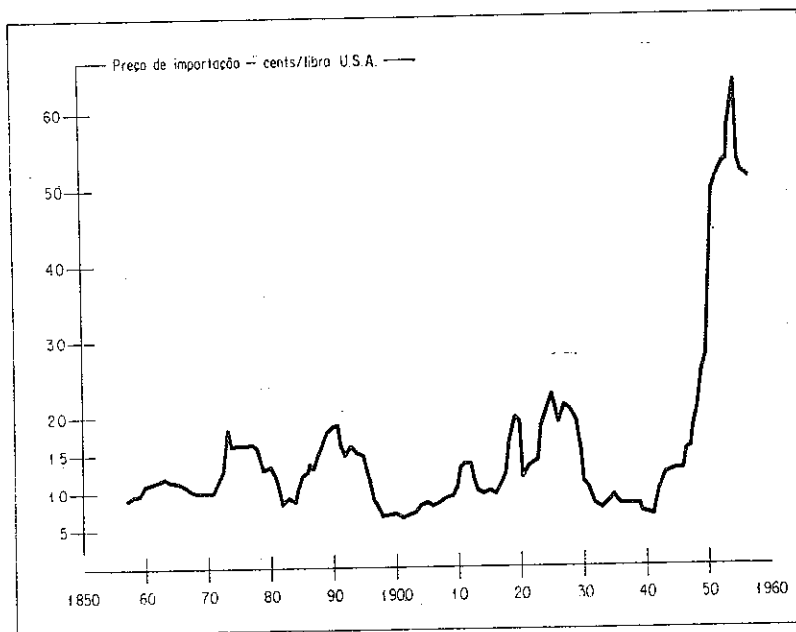
Uma das objeções que podem ser levantadas contra essa série é a de que ela não representa, em cada ano, os preços rigorosamente vigorantes dentro dele. De fato, como entre a operação comercial de compra e venda e a chegada da mercadoria ao destino medeia um período de mais ou menos dois meses, as mercadorias recebidas no mês *i* estão faturadas aos preços do mês *i-2*. Até 1918, a série mais fidedigna de que se dispõe (dados da própria alfândega americana), era calculada com base no ano fiscal norte-americano (1º de julho a 30 de junho), o qual coincide exatamente com o ano comercial do café. Esses dados refletem, entretanto, as cotações vigorantes

no disponível entre mais ou menos 1º de maio do ano $t-1$ e 30 de abril do ano t . Essa média praticamente coincide com a dos preços vigorantes em $t-1$, justamente porque no segundo semestre (o de safra), é que se verificam as modificações mais importantes no mercado. Dessa forma, utilizamos os dados de alfândega do ano fiscal t para representar a média dos preços de importação do café no ano $t-1$.

A partir de 1918 os dados se referem ao ano civil e rigorosamente, portanto, as médias se referem às cotações no disponível entre 31 de outubro do ano $t-1$ e 1º de novembro do ano t . Quando se trata, entretanto, de analisar os preços dentro de determinados períodos, apelaremos para as cotações do disponível em Nova Iorque.

Nossa análise começa no ano de 1857. A escolha é evidentemente arbitrária e justifica-se pelo nosso desejo de examinar um século dos preços do café, em cuja primeira metade o mercado foi inteiramente livre e em cuja segunda metade registraram-se intervenções de toda a sorte. Há ainda outro motivo. Uma análise das cotações CIF Nova York a partir de 1825, realizada com os dados recolhidos por Thurber (1881), convenceu-nos de que 1857 marca o início do período de ascensão de um ciclo do mercado cafeeiro (os preços se encontravam no mesmo nível, mais ou menos, desde 1851). O gráfico 1 mostra o comportamento dos preços do café neste último século, de acordo com os dados da tabela que anexamos no fim deste trabalho.

GRÁFICO 1



A análise do mercado cafeeiro num período anterior à intervenção governamental (iniciada em 1906), e que procederemos a seguir, objetiva, principalmente, tentar distinguir um comportamento cíclico que se espera que exista. Aqui, como em todo este trabalho (a não ser quando especificamente observarmos), a expressão "comportamento cíclico" deve ser entendida como um comportamento oscilatório do preço (a principal variável que nos interessa), cujo período não é constante. Não se trata, portanto, da pesquisa de ciclos dentro da concepção mecânica, mas de movimentos oscilatórios de período e amplitude variáveis.

Antes do início da análise, dois trabalhos preliminares se impõem. Inicialmente, é preciso verificar-se se a série não contém uma tendência secular, pois, em caso positivo, o movimento oscilatório apresentar-se-ia combinado e, uma medida maior ou menor, escondido por ela. Confirmada a existência de uma tendência secular, colocam-se dois problemas: *a*) a sua explicação, e *b*) a sua eliminação. Obtida, por qualquer dos princípios clássicos utilizados, a série estacionária correspondente, seria preciso testar a independência dos desvios para julgar se os possíveis ciclos obtidos não poderiam ser explicados pelo comportamento de uma variável aleatória. Este cuidado é muito importante, pois a simples análise gráfica do problema pode levar o pesquisador a procurar complicadas explicações para ciclos "aparentes", os quais, com uma probabilidade suficientemente elevada, poderiam ter sido gerados por uma variável aleatória.

Para a solução desses problemas lançaremos mão de dois testes não paramétricos clássicos. Vamos utilizar os dados de preço de 1856/57 a 1904/05 (49 observações) em que o mercado cafeeiro e o mercado cambial permaneceram inteiramente livres no Brasil, para analisar o comportamento dos preços do produto num mercado livre.

Para se verificar se a série possui tendência secular, vamos aplicar o teste sugerido por Mann (1945), o qual se resume numa aplicação especial da correlação de ordens (*rank correlation*), desenvolvida no livro de Kendall (1948). Como a nossa amostra é bastante grande e a convergência para a normalidade é muito rápida, não vamos utilizar o coeficiente de correlação, mas sim a soma total S que se obtém associando-se a cada ordem o total de ordens que lhe são superiores. Sabe-se que S se distribui, normalmente com média O e variância $N(N-1)(N+5)/18$. Para fazer-se o teste, aplicamos a correção de continuidade, somando 1 a S .

Associando a cada preço a sua ordem e aplicando a fórmula $S = 2P - (1/2)(N)(N-1)$, onde P é a soma total das ordens associadas a cada um dos preços, encontramos $S = -119$. Como vimos, $E(S) = 0$ e, aplicando a fórmula da variância, encontramos $V(S) = 13.459$. Encontramos, portanto, $\xi = -1,0$. Disso decorre que não existe razão para se rejeitar a hipótese de que S se distribui normalmente, de onde se segue que não existe razão para se pensar que a série possui qualquer tendência secular.

Para se verificar a existência de oscilações na série, vamos utilizar o teste de Wallis e Moore (1941), que consiste na fixação da probabilidade de determinadas séries de sinais nas primeiras diferenças das variáveis. Po-

de-se demonstrar que a média de séries completas de sinais positivos ou negativos de tamanho m , numa série de N observações independentes de uma variável aleatória, é dada por

$$2(m^2 + 3m + 1)(N - m - 2)/(m + 3)!$$

Com essa fórmula, pode-se calcular o valor esperado de séries de apenas um sinal, de séries de dois sinais iguais, de três, etc. Chamando de m_1 o valor esperado de séries de um sinal, m_2 o das séries de dois sinais e de m o das séries de 3 ou mais sinais, Wallis e Moore demonstraram que

$$\chi^2 = \frac{(M_1 - m_1)^2}{m_1} + \frac{(M_2 - m_2)^2}{m_2} + \frac{(M - m)^2}{m}$$

onde M_1 é o número de séries observadas de um sinal, M_2 o número de séries observadas de dois sinais e M o número de séries observadas de três ou mais sinais, distribui-se aproximadamente segundo $\frac{6}{7}(\chi^2)$ com dois graus de liberdade se a soma for menor do que 6,3 e segundo um χ^2 com 2,5 graus de liberdade se ela for maior.

A análise da série deu os seguintes resultados:

Número de sinais por série	M	m
1	14	20,00
2	3	8,62
3 ou mais	8	3,05

Calculando-se a soma associada a esses dados, encontramos $\chi^2 = 13,49$. Como a probabilidade de se obter um χ^2 com 2,5 graus de liberdade maior do que 10,3 é menor do que 1% quando não há associação entre as várias observações, concluímos que esta hipótese deve ser rejeitada. Com base nas observações, portanto, há razão para se acreditar na existência de um comportamento oscilatório das séries dos preços do café no período 1856/57 a 1904/05.

Chegamos, portanto, à conclusão de que durante o meio século em que o mercado cafeeiro permaneceu livre, os seus preços apresentaram as seguintes características:

a) *flutuaram sem apresentar qualquer tendência secular.* É importante observar-se que o mesmo aconteceu com o nível geral dos preços mundiais, se o medirmos pelo índice de preços de atacado na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Como veremos a seguir, a flutuação dos preços mundiais explica boa parte do movimento dos preços do café. Este apresenta, entretanto, também movimentos próprios, que explicam a diferença de seu comportamento dentro de cada um dos movimentos de conjuntura, em escala mundial, que se pode distinguir no período. Seria errôneo pensar-se que, para investigar o comportamento dos preços do café, deveríamos encontrar um deflator ade-

quado, pois o nosso objetivo não é propriamente o de medir o preço do café com relação aos dos demais produtos (o que daria uma estimativa das relações de troca do Brasil), mas sim o de estudar-se como oferta, procura e preço se conjugam. É evidente que, se o nível geral de preços se eleva por um processo inflacionário, isto normalmente significa que a curva de procura do café está-se deslocando para cima, porque o aumento das disponibilidades monetárias deve ampliar a procura de café a cada nível de preço; reciprocamente, se o nível geral de preços está baixando devido a uma diminuição da procura global e a um aumento da taxa de desemprego, o deslocamento para baixo da curva de procura deve provocar uma redução dos preços do café. Entretanto, o que essencialmente objetivamos é mostrar como esses deslocamentos atuam sobre o preço do produto.

Por outro lado, o deflator introduziria seus próprios movimentos na série corrigida, devido à pequena importância do café dentro do índice agregativo, o que poderia gerar movimentos oscilatórios "fantasmas". Estas observações têm somente importância metodológica, pois as flutuações dos possíveis índices gerais de preço foram relativamente pouco importantes quando comparadas com as dos preços do café dentro do período de meio século que vamos analisar. O índice de preços no atacado nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, permaneceu dentro de limites fixados por mais ou menos 20% da média, no período que vai do fim da Guerra de Secessão até a Primeira Guerra Mundial, e

b) *as flutuações apresentadas dão clara indicação de que existe um movimento oscilatório.* A existência desse movimento oscilatório é aceita com base na rejeição da hipótese nula de que os preços se comportavam como uma variável aleatória. Deste fato decorre a existência de uma correlação entre as várias observações e a possibilidade de existência de um esquema auto-regressivo do tipo

$$\sum_0^k a_i p_{t-i} = e,$$

onde os a_i são coeficientes e p_{t-i} é o preço no tempo $(t-i)$. O resíduo e deve ser considerado como uma variável aleatória.

É fácil compreender-se porque o mercado cafeeiro deve, em condições normais, apresentar um comportamento oscilatório. Como se sabe, o cafeeiro é uma planta perene que apenas produz completamente no seu 4º ou 5º ano de vida e, depois disso, continua produzindo economicamente durante um número bem variável de anos, que vai de 15 ou 20 nas áreas menos férteis (e dentro de determinado nível tecnológico), até 50 ou 60 anos, em áreas excepcionais. Posteriormente desenvolveremos um modelo completo da oferta de café. Para compreendermos a existência dos ciclos, entretanto, basta considerarmos o caso mais simples, em que o café produzisse somente uma vez, depois de 4 anos. Nessas circunstâncias, a oferta de café no ano t dependeria, não do preço do café no ano t , mas do seu preço no ano $t-4$ (quando a plantação foi realizada). Por uma questão de simplicidade, podemos colocar $s_t = a + bp_{t-4}$, onde s_t significa a oferta de café no ano t e a e b são

parâmetros. A procura de café, entretanto, depende, no caso mais simples, somente do preço no ano t e podemos indicá-la por $d_t = c + pd_t$, onde d_t é a procura no ano t e c e d são parâmetros. Num mercado inteiramente livre, o preço seria formado de maneira a igualar oferta e procura, de onde decorre a equação de equilíbrio $s_t = d_t$. Temos então, que

$$p_t + mp_{t-4} = k,$$

onde m é um número positivo igual a (b/d) , uma vez que d será negativo por hipótese e k será igual a $(a-c)/d$. Estamos diante de uma equação a diferenças de coeficientes constantes, de quarta ordem; não homogênea, cuja solução é

$$p_t = A_1(z_1)^t + A_2(z_2)^t + A_3(z_3)^t + A_4(z_4)^t + k/1 + m$$

onde z_i são as raízes da equação $x^4 + m = 0$. Como m é um número positivo, as raízes serão complexas e p_t descreve um caminho cíclico. É importante notar-se que o período da solução independe de m , mas que é a magnitude deste coeficiente que determina se p_t continuará a oscilar com a mesma amplitude, se convergirá para $k/1+m$ ou, então, se explodirá. O modelo que estamos apresentando é uma simples generalização do conhecido teorema da Teia de Aranha (Allen, 1957) e, se $m = 1$, teremos uma oscilação com a mesma amplitude; se $m < 1$, os preços tenderão para o ponto de equilíbrio $c/1+m$; e se $m > 1$, a solução explodirá. Como é óbvio, a solução da equação anterior descreve um ciclo de período igual a oito anos.

Este modelo, que é o caso mais simples que se pode imaginar no mercado cafeeiro, indica claramente que os preços deverão ser altamente correlacionados, porque a oferta e procura do produto são inter-relacionadas. Nos casos mais complicados, não será possível obter-se uma solução com período constante, mas a subsistência da correlação mostra que ainda assim deveremos ter um comportamento oscilatório, hipótese reforçada pelo teste das observações, que acabamos de realizar.

A análise preliminar da série dos preços de café no último século revela que o comportamento do mercado cafeeiro se alterou a partir de 1900. Na segunda metade do século passado, nota-se claramente a existência de alguns ciclos, os quais procuraremos explicar adiante, com fase ascendente de seis ou sete anos e fases descendentes maiores. A partir do começo deste século, entretanto, esse comportamento cíclico está mais escondido. É importante notar-se que foi justamente na segunda metade do século passado que a exportação nacional mostrou maior dinamismo, tendo passado de 2,5 milhões de sacas entre 1857/1860 para quase 9,5 milhões entre 1897/1900 e a mais ou menos 13 milhões em 1901/04.

Os três ciclos notados antes de 1900 podem ser explicados, como veremos adiante, pela interação das forças de oferta e procura do produto.

1º ciclo: 1857-1868

A ascensão do preço a partir de 1857 (que foi um ano de crise generalizada) deve-se, de um lado, à recuperação da economia européia e, de outro, à infestação das culturas cafeeiras do Brasil pela *elachista coffeela*. Pensou-se, na ocasião, que ela liquidaria os cafezais brasileiros, como já o havia feito

nas Antilhas, o que felizmente não aconteceu, como aliás previra o botânico Francisco Freire Alemão. Outro fator importante que contribuiu para a elevação do preço foi a lei Euzébio de Queiroz, de 1850, a qual, do ponto de vista prático, extinguiu o comércio de escravos e limitou, portanto, as possibilidades de ampliação da oferta de mão-de-obra dentro do mercado nacional, que já era o principal fornecedor do produto. Esta limitação da mão-de-obra atingiu duramente as lavouras do Rio de Janeiro (o então grande exportador), que se apoiavam no trabalho escravo.

Durante o período, o aumento dos preços do café provocou uma melhoria ponderável da nossa receita de divisas. Com a estabilização da nossa taxa cambial (dinheiros por mil-réis), como se vê abaixo:

QUADRO 1

Anos	Mais baixa	Mais alta
1857	27	28
1858	24	27
1859	23 1/4	27
1860	24 1/2	27 1/2
1861	24 1/4	26 3/4
1862	24 3/4	27 3/4
1863	26 3/4	27 1/8

Fonte: Viana, Victor 1926. p. 974.

a melhoria dos preços internacionais do café refletiu-se em seus preços internos, que passaram de mais ou menos 18 mil-réis a saca, na exportação, em 1857, para 27 mil-réis, em 1863.

As plantações sofreram grandes estímulos, o que provocou uma grande mobilidade interna da mão-de-obra. Como o cafeeiro leva de quatro a cinco anos para se tornar adulto, este estímulo dos preços somente se refletiria na produção mais tarde. Em São Paulo, que principiava a expandir sua cafeicultura, os recursos foram retirados da cana-de-açúcar e destinados à expansão da cultura do café e do algodão (cuja procura havia aumentado enormemente por parte dos mercados europeus em virtude da Guerra de Secessão). A mão-de-obra escrava utilizada nos canaviais do Norte foi também fortemente atraída para o Sul devido à melhoria da rentabilidade dos cafezais. A escassez de mão-de-obra, criada, de um lado, pela expansão das culturas e, de outro, pela sustação do tráfico, elevou de maneira violenta o preço dos escravos e nem todos os esforços dos governos das províncias, criando elevados impostos sobre a movimentação da mão-de-obra cativa, foi suficiente para impedi-la.

No início da Guerra do Paraguai (1864), os preços do café no mercado internacional já se encontravam caindo, não só devido à redução da procura norte-americana, como também em virtude da expansão brasileira e ao crescimento da produção na América Central, que passara de 400 mil sacas para quase 800 mil sacas por ano, da Ásia, que passara de 1,8 milhões para 2,2 milhões de sacas e da África, que passara de 25 mil para 35 mil sacas anuais.

A importância do mercado norte-americano já era muito grande nessa época e as restrições causadas pela guerra prejudicaram as exportações, como se vê no quadro abaixo:

QUADRO 2
Exportação
(Em 1.000.000 de sacas)

Anos	Europa	Estados Unidos
1857	1,5	1,1
1858	0,8	1,4
1859	1,1	1,4
1860	1,4	1,4
1861	1,6	0,9
1862	1,3	0,5
1863	1,2	0,5
1864	1,1	0,7
1865	2,3	0,9
1866	1,3	1,0
1867	1,7	1,5
1868	1,4	1,4
1869	1,6	1,5

Fonte: Retrospecto Commercial, 1874.

A guerra norte-americana produziu vários efeitos. Os portos do Sul foram bloqueados e as importações de Nova Iorque aumentaram de maneira considerável, principalmente no ano de início da guerra, pelo amplo movimento comercial gerado pela introdução de uma taxa de importação de 5 cents por libra (inicialmente de 4 cents e depois acrescida de mais 1 cent), para auxílio das finanças de guerra. Os preços internos do café se elevaram, o que motivou uma ampla utilização de sucedâneos.

É certo, por outro lado, que, na fase ascendente do ciclo, os preços somente não cresceram mais devido ao bloqueio de Nova Orleans e à crise mundial que teve início em 1866. A partir de 1865 começou a processar-se uma revolução tecnológica da mais alta importância para a generalização do consumo do café. Até então, o café era vendido verde, e posteriormente era torrado em casa pelos próprios consumidores, forma esta de comercialização que começou a ser substituída pela venda de café torrado em pacotes.

A importância dessa modificação merceológica é hoje dificilmente compreendida, mas a sua análise poderá nos auxiliar a compreender o que poderá vir a acontecer com o solúvel, tão logo seja possível resolver-se os seus dois grandes problemas: aroma e paladar. O café torrado pelo próprio consumidor ficava na dependência de sua habilidade e a sua qualidade era muito mais variável. Quando esse serviço passou a ser executado por grandes torradores, nasceu não só a especialização, como também generalizou-se a "prova de xícara". O consumo de café era trabalhoso, pois o café torrado perde logo seu aroma e sabor, de maneira que a operação devia ser realizada em pequenas quantidades e com frequência e não sem perdas consi-

deráveis. O fornecimento de café já preparado, em pequenos pacotes, resolvia completamente o problema.

Como subproduto dessa revolução merceológica, tornou-se possível padronizar certas misturas, que produziam bebidas com paladar específico e possível diferenciar o café por marcas facilmente distinguíveis por parte do consumidor.

No início, o melhor aproveitamento do produto poderia indicar uma diminuição do consumo total de café, mas a facilidade de uso e a comodidade introduzida pelo café em pacotes superaram largamente aquela diminuição e o consumo total de café cresceu. Este fato, provavelmente, se repetirá à medida que o café solúvel puder ir melhorando de qualidade e mesmo que o seu maior rendimento possa representar, a curto prazo, uma diminuição do consumo total de café, é possível que a prazo mais longo as facilidades que ele proporciona acabem elevando o consumo total.

Da mesma maneira também que o café em pacotes trouxe consigo uma modificação das relações de comercialização entre os produtores e consumidores, pela exigência de padronização da qualidade, devemos esperar modificações nessas relações à medida que se amplia o consumo do café solúvel.

Quando, a partir de 1863, os preços do café começaram a cair, a ampliação do volume exportado permitiu a manutenção do mesmo nível de receita de divisas obtidas com o produto. O fato singular desse período é que entre o começo e o fim da Guerra do Paraguai, o volume de moeda em circulação no Brasil praticamente triplicou, sem pressionar, como seria de se esperar, a taxa cambial. Foi somente a partir de 1867 e até 1870 que o câmbio reagiu desfavoravelmente, tendo flutuado entre 14 e 20 dinheiros por mil-réis, em 1868, o que melhorou a remuneração do café em moeda nacional. Essa flutuação se explica pela redução da receita de divisas provenientes das outras exportações que não o café, particularmente o algodão. Durante este período, entretanto, deve ter havido um aumento ponderável dos preços internos, o que elevou também o custo de produção do café. Sobre este custo já pesava, aliás, a escassez considerável da mão-de-obra escrava, de forma que é de se duvidar que a elevação dos preços internos tenha sido acompanhada por uma elevação proporcional do lucro líquido obtido com o produto. De qualquer maneira, o estímulo proveniente da alta de preços internacionais entre 1858 e 1863, elevando os preços internos em 50% (enquanto os preços internacionais se elevavam em mais de 60%), provocou uma expansão ponderável da produção brasileira. Nossas exportações passaram da média de 2,5 milhões de sacas em 1857/60 a nada menos do que 3,4 milhões no período 1866/1869, registrando um aumento superior a 30%. Para absorver esses aumentos de produção, o mercado exigiu que os preços voltassem aos níveis vigorantes em 1857/58.

A expansão da cultura do café no Vale do Paraíba permitiu, assim, que o Brasil fizesse a Guerra do Paraguai com pequenas flutuações na sua taxa cambial. Nos seis anos de guerra, o câmbio mínimo flutuou entre 14 e 22 dinheiros por mil-réis e o máximo entre 20 e 27 1/4.

Em 1866, havia se iniciado na Europa — particularmente na Inglaterra e na França — uma crise econômica, a qual se manifestou na redução das construções de estradas de ferro, na diminuição do consumo de algodão, etc., e que reduziu o nível de rendimento dos consumidores. A queda dos

preços, necessária para ampliar o consumo neste período, deve refletir, portanto, na Europa, também uma compensação do efeito-renda.

É muito provável, entretanto, que a relativa estabilidade (a taxa apresentou vários movimentos especulativos, em resposta ao fracasso ou ao bom êxito de determinadas operações militares que teriam podido decidir o destino da guerra) da nossa taxa cambial no período tenha sido devida a condições particularmente favoráveis. Quando se iniciou a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a Europa registrava um período de próspera expansão e pudemos substituir uma parte do fornecimento norte-americano de algodão. De fato, o café, que vinha aumentando a sua participação no fornecimento total de divisas para o País e que já chegara a representar quase 60% de nossas exportações no período imediatamente anterior a 1861, viu a sua participação diminuir durante a Guerra de Secessão e mesmo em 1863, quando os seus preços foram os mais elevados do período, ele não chegou a representar 45% do total das exportações. O aumento das nossas outras exportações prolongou-se até o fim dos anos 70 do século passado.

Por outro lado, a crise de 1866 teve uma curta duração e a recuperação foi extremamente rápida e sensível depois de 1869. Com o fim da Guerra de Secessão começou a se restabelecer o fornecimento normal aos Estados Unidos, que cresciam muito depressa, o que igualmente se registrava na Alemanha. Coincidindo esse período de rápida expansão com os relativamente baixos preços do café, sustentados por uma oferta crescente, o consumo pode absorver os 50% de acréscimo da produção brasileira, com uma redução equivalente em seus preços. É evidente que não se pode falar aqui em elasticidade unitária da procura, uma vez que estamos diante de um período de rápida expansão, em que a curva de procura se deslocava para a direita à medida que aumentava o nível de rendimento dos consumidores do produto. Os movimentos do preço e do consumo do café no período não foram sobre uma curva de procura, mas entre curvas de procura.

Durante o período, o sistema de preços funcionou corretamente, pois os preços internos do café baixaram juntamente com os preços internacionais.

Aparentemente, a baixa dos preços internos era insuficiente para desestimular as novas plantações que começavam a se desenvolver no interior paulista, graças às facilidades proporcionadas pela construção das estradas de ferro.

2º ciclo: 1869-1885

Em 1868, a produção mundial de café, que vinha crescendo rapidamente e sem interrupção desde 1863, sofreu uma redução devido a uma quebra da safra brasileira e da safra da América Central, fato esse que, combinado com a expansão já mencionada do consumo, iniciou um novo ciclo de elevação dos preços no mercado internacional e que iria durar até 1874. A elevação dos preços assumiu proporções violentas a partir de 1870, por ocasião de uma geadada que dizimou uma parcela ponderável dos cafezais paulistas.

As exportações do Brasil, que haviam atingido a média de 3,6 milhões de sacas por ano em 1868/71, atingiram a 3,3 milhões em 1873/76. Em compensação, os preços internacionais do produto dobraram entre os dois períodos, de maneira que nossa receita de divisas proveniente do café tam-

bém quase dobrou. Melhorou assim a taxa cambial (que em 1868 havia atingido o seu ponto mínimo), mantendo-se a taxa mínima entre 1871 e 1876 acima de 23 1/2 dinheiros por mil-réis e a máxima abaixo de 28 3/4, limite que não mais seria atingido.

Neste período, a importância do café no total das exportações retomou a sua posição anterior, representando, novamente, mais de 60% do valor exportado pelo País. Devido aos saldos do balanço comercial e à realização de operações financeiras, a taxa cambial melhorou sensivelmente, mas isso não impediu que os preços do café crescessem bastante em moeda nacional. Uma diminuição da produção em 1873 dobrou o preço internacional do produto e a saca de exportação, que havia estado a menos de 20 mil-réis em 1870/72, passou a quase 40 mil-réis.

A violenta crise mundial de 1873, que baixou consideravelmente os preços na Europa, particularmente o nível de salários, surpreendeu um mercado cafeeiro equilibrado, o que lhe deu melhores condições de resistência e, portanto, sustentou os preços internos e externos do produto. Devido à redução do nível de rendimento dos países consumidores, a taxa de expansão do consumo até então verificada não poderia ter sido mantida a não ser por meio de grandes baixas nos preços. O fenômeno foi, entretanto, mitigado pela diminuição permanente da cultura cafeeira em Java; e, em plena crise mundial, vimos crescer nossa receita de divisas.

Devido aos compromissos governamentais, principalmente com relação à seca no Nordeste, os déficits se avolumaram. Estas pressões acabaram por fazer baixar a taxa cambial, a despeito do aumento da receita proveniente do café, e assistimos a um fenômeno curioso e de extrema importância para a economia nacional. Como consequência da favorável situação do seu mercado, o preço do café caiu lentamente dentro de um período de crise (à custa, evidentemente, da diminuição da taxa de crescimento do consumo a longo prazo). A diminuição lenta do preço do café manteve relativamente elevada nossa receita de divisas, mas em consequência do aumento da pressão para importar, a taxa cambial começou a declinar e, durante algum tempo, os movimentos de baixa do preço do café no mercado internacional foram compensados, de forma que a remuneração do café, em moeda nacional, diminuiu muito menos rapidamente.

Este fato explica porque, apesar de o mercado se manter em baixa durante quase 10 anos, a produção de café não deixou de aumentar, atingindo a crise de mão-de-obra o seu ponto máximo. Paralelamente, a violenta elevação de preços da década de 70 havia estimulado a cafeicultura de outros países latino-americanos, que começaram a substituir a produção javanesa em declínio.

É certo, por outro lado, que foram as más condições climáticas que impediram uma queda maior dos preços, pois o quadro cafeeiro já plantado tinha capacidade para produzir muito mais. É possível verificar-se isso pelo fato de que, em 1881 e 1882, exportamos 4,4 e 4,2 milhões de sacas, respectivamente, enquanto nossas médias nos períodos anteriores haviam sido: em 1873/76, 2,8 milhões de sacas; em 1877/80, 3,4 milhões. A alta no mercado internacional havia terminado em 1874, e o café, no mercado interno, havia atingido o preço de quase 40 mil-réis a saca, na exportação. Os seus preços baixaram, mas, devido à baixa cambial, mantiveram-se ainda, até

1880, acima de 30 mil-réis a saca, quando não chegava a 20 mil-réis no começo da década de 70; esse fato é que propiciou a expansão das plantações ainda por algum tempo. Como, entretanto, o movimento de baixa perdurou por mais de uma década, com recuperações puramente episódicas, assistimos a uma modificação da estrutura da produção interna, que passava do Rio de Janeiro para São Paulo, sem elevar o volume total produzido. A cafeicultura transferira-se para São Paulo, onde, devido à maior produtividade, ela ainda era lucrativa. Esta substituição, que já vinha se processando há longo tempo, acelerou-se com a libertação dos escravos, pois uma parte importante da cafeicultura paulista apoiava-se na mão-de-obra imigrante que havia entrado no País.

A partir da metade da década de 70, a economia européia, que havia sofrido bastante com a crise de 1873, entrou em fase de recuperação e principalmente as indústrias de bens de produção registraram crescimento importante a partir de 1879.

Esta recuperação, entretanto, se fez com elevações relativamente pouco importantes nos preços.

A depressão verificada sobre os preços do café era a mesma que pesava sobre os preços dos outros produtos, com uma gravidade talvez um pouco maior do que a verificada nos demais setores, com exceção do têxtil.

Não pode deixar de ser considerado, por outro lado, que a baixa dos preços do café, depois da crise, facilitou uma ampliação de nossas exportações e permitiu que obtivéssemos, mesmo durante a fase mais aguda da crise mundial, uma receita de divisas proveniente do café quase duas vezes maior do que aquela que até então vínhamos obtendo. O quadro abaixo permite uma visão mais adequada dos fenômenos que se sucederam:

QUADRO 3

Anos	Câmbio médio	Preço médio do café por 10 kg	Exportação em 1.000.000 de sacas
1874	24 23/32	7\$257	2,67
1875	27 7/32	5\$597	3,15
1876	25 11/32	5\$293	3,76
1877	24 9/16	6\$290	2,85
1878	22 15/16	5\$244	3,03
1879	21 3/8	5\$374	3,54
1880	22 3/32	5\$087	3,46
1881	21 20/32	4\$123	4,38
1882	21 5/32	3\$303	4,20

Fonte: Documentos parlamentares, 1915, v. 1.

Antes deste período, a nossa receita de divisas com o café era da ordem de 7 milhões de libras esterlinas; neste período, ela foi da ordem de 12 milhões. A partir de 1873, os aumentos da quantidade exportada simplesmente compensavam a diminuição dos preços do produto, de maneira que não conseguíamos elevar a receita total, fenômeno que já notamos no ciclo anterior.

Para poder-se comparar o comportamento entre os preços internos e externos do produto, fazemos ambos iguais a 100 em 1874 e temos:

QUADRO 4

Anos	Preço externo	Preço interno
1874	100	100
1875	86	77
1876	82	73
1877	83	87
1878	69	72
1879	65	74
1880	68	70
1881	55	57
1882	39	46

Verificamos que, com exceção de 1875 e 1876, os movimentos da taxa cambial tenderam a amortecer a queda dos preços do produto em moeda nacional. Naqueles dois anos (ou melhor, nas safras 1874/75 e 1875/76), obtivemos as maiores receitas de divisas provenientes do café até então conseguidas (13,5 milhões de libras em cada uma), o que contribuiu para a firmeza da taxa cambial e, portanto, trabalhou no sentido de que os preços internos caíssem mais do que os preços externos. À medida que o rendimento nacional, em termos monetários, se ajustava à nova situação (duplicação da receita de divisas provenientes do café, que se processou a partir da safra de 1872/73), a pressão da procura fazia a taxa cair.

Em 1882, os preços baixaram ainda mais devido à crise européia, logo seguida pela crise norte-americana de 1884. Novamente assistimos a um movimento de compensação, que assegurou a conservação da receita de divisas, como se vê abaixo:

QUADRO 5

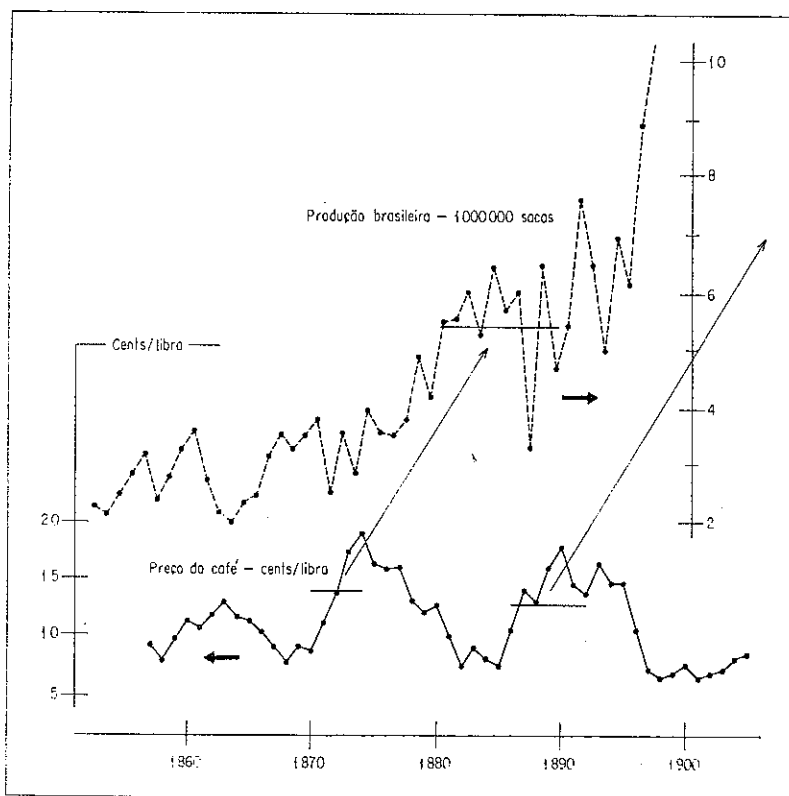
Safras	Exportação em 1.000.000 de sacas	Receita em £ 1.000.000
1881/82	4,08	9,55
1882/83	6,69	10,82
1883/84	5,32	11,68
1884/85	6,24	13,14

Fonte: Taunay 1946 p. 548.

O período anterior seria o final da crise de preços do mercado cafeeiro do ciclo 1868/1885, que foi seguido por uma expansão sem precedentes no mercado do produto. Num período de 18 anos, que revela, nos primeiros 7, uma violenta elevação de preços e, nos 11 seguintes, uma baixa das mesmas proporções, a produção e o consumo mundiais não cessaram de crescer, passando de 6,6 milhões de sacas em 1868/69 para 11,5 milhões de sacas em 1884/85, o que representa uma taxa de crescimento superior a 3,5% ao ano.

Um exame das estatísticas da produção nacional mostra a maneira impressionante da resposta da cultura de café às elevações dos preços. Durante a fase de expansão deste ciclo, que se prolongou até 1874, as plantações se multiplicaram. Nos quatro anos posteriores ao ponto máximo da alta (1874), nossa produção média foi de menos do que 4 milhões de sacas. Nos quatro anos seguintes (quando os cafezais plantados se tornaram adultos), nossa produção foi de 5,5 milhões de sacas. O gráfico 2 mostra o fenômeno com maior clareza.

GRÁFICO 2
Produção e preços



3º ciclo: 1886-1906

Com a oferta em níveis altos, os preços se mantiveram muito baixos durante quase quatro anos, para reiniciarem, em 1886, uma nova e violenta fase de expansão, que seria o último ciclo completado pelo mercado cafeeiro sem a intervenção governamental.

A safra de 1887/88 apresentou uma quebra de quase 50% sobre a média de produção que havia vigorado nos sete anos anteriores. A de 1885/86 havia sido de 5,6 milhões de sacas, a de 1886/87 foi de 6,2 milhões e a de 1887/88 alcançou apenas 3,3 milhões. A safra seguinte atingiu 6,5 milhões para, em 1889/90, voltar a 4,6 milhões. Estas enormes flutuações da oferta, produzidas pelo ciclo próprio do cafeeiro, são um dos elementos importantes para a explicação das elevações que se processaram entre 1885 e 1890 e que duplicaram o preço internacional do produto.

A crise européia, iniciada em 1882 e a norte-americana, iniciada em 1884, já se encontravam inteiramente superadas e, a partir de 1886, os mercados mundiais revelavam um crescimento extraordinário, particularmente o norte-americano. Entre 1885 e 1890, o rendimento dos consumidores se elevava com rapidez e, portanto, a sua procura, o que, por seu turno, auxiliou a alta dos preços. O movimento recebeu novo impulso em 1888, com a libertação da mão-de-obra escrava.

A libertação constituiu a mola mais importante para a transferência da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo, pois aquela se apoiava em muito maior magnitude sobre o braço escravo. Em São Paulo, desde o início da década dos 80 do século passado, a imigração havia se intensificado, principalmente a partir de 1887. Só em 1888 entraram 92.086 imigrantes (em 1891 esse número chegou a 108.736), quando se estimava que o número de escravos existentes em São Paulo fosse pouco superior a 100 mil. É de se considerar, por outro lado, que o movimento de libertação espontânea já havia conquistado muito terreno em São Paulo, quando veio a lei de 13 de maio de 1888. É este o principal motivo que explica o fato de, pouco antes da libertação, São Paulo produzir mais ou menos 2/3 do total de café produzido pelo Rio de Janeiro e, seis ou sete anos depois, quase duas vezes mais do que o total produzido por aquele Estado.¹

A libertação trouxe consigo novos problemas de financiamento, que alteraram as relações entre os comissários e os exportadores. Antes de 1888, os recursos financeiros necessários para o custeio da fazenda eram relativamente pequenos, pois a parte mais importante desse custeio — que era o pagamento da mão-de-obra — praticamente não existia. Isto não significa, evidentemente, que o custo fosse nulo, como até hoje pensam algumas pessoas a respeito do custo africano, mas simplesmente que ele não se representava em dinheiro e não exigia recursos monetários para a sua satisfação.

A libertação, entretanto, significou, não somente a perda do braço escravo, mas também a necessidade da realização de enormes investimentos na construção de casas para os novos colonos, habituados a um padrão de vida mais elevado que o do negro, como também uma grande necessidade de capital de movimento para pagamento dos salários. É certo que, na medida em que o fazendeiro conseguia estabelecer uma "conta-corrente" com seus colonos, o dinheiro funcionava simplesmente como unidade de conta e só era necessário para a liquidação dos saldos. Isto não invalida, entretanto, a afirmação de que o capital de movimento agora exigido era muito maior.

O principal banqueiro do cafeeiro era o comissário. Os recursos dessa classe de comerciantes, apesar de serem muito ponderáveis, foram insuficientes para sustentar, sem aperturas, as novas necessidades monetárias

¹ Veiga Filho. 1896. p. 53

da economia. Esta circunstância transformou também o comissário numa classe dependente de financiamentos e quebrou-lhe o poder de resistência diante dos exportadores. O comissário que, dispondo de capital, podia estocar o produto e realizar uma certa regularização da oferta, viu-se diante da necessidade de colocar imediatamente o produto que lhe chegava às mãos a fim de poder cumprir os seus próprios compromissos. Esta inversão de papéis deu ao exportador — geralmente agente de grandes empresas estrangeiras — a capacidade de comprimir ainda mais os preços do produto. É inútil insistir-se sobre o fato de que o aumento do poder de barganha do exportador só poderia adquirir importância quando a oferta de café crescesse mais rapidamente do que o consumo, o que se verificaria anos depois.

No momento, a elevação dos preços do café compensava as pequenas colheitas e a receita de divisas, recebida pela venda do produto, cresceu de maneira considerável. Graças a isso e a operações financeiras levadas a efeito pelo Governo Imperial, o câmbio começou a melhorar a partir de 1887 para atingir, no ano da proclamação da República, uma média que não se registrava desde 1873: 26 7/16 dinheiros por mil-réis.

Este mecanismo corrigia, em parte, os estímulos para novas plantações e provenientes das elevações dos preços internacionais, como se vê no quadro seguinte, onde tomamos por base o ano de 1885, que representa o fundo da crise anterior:

QUADRO 6

Anos	Preço externo	Preço interno
1885	100	100
1886	141	111
1887	184	176
1888	171	120
1889	210	124
1890	237	149

A média de nossa produção entre 1886 e 1890 foi da ordem de 5,2 milhões de sacas. O estímulo proveniente dessa alta deveria manifestar-se nas produções de 1894 em diante. A média de nossa produção em 1894/97 foi da ordem de 7,4 milhões de sacas (tomamos um período pequeno, para evitar os efeitos da violenta elevação da remuneração do café em moeda nacional a partir de 1891).

Desde 1880, época em que se tornaram adultos praticamente todos os cafezais plantados sob o estímulo da alta de preços de 1868 a 1874, até 1890, nossa produção permaneceu mais ou menos no mesmo nível, como se vê no gráfico 2, registrando-se violentas flutuações anuais, em consequência do ciclo próprio do cafeeiro. Durante quase todo aquele período, o preço do café em moeda nacional permaneceu em torno de 4\$000 ou 5\$000 por 10 quilos.

É muito difícil medir-se a reação da oferta aos estímulos de preços. Se atentarmos, entretanto, para a tabela anterior, verificamos que o aumento substancial da remuneração em moeda nacional se verificou em 1887, onde uma pequena exportação (devido a uma grande redução da colheita) não

foi suficientemente compensada pela elevação dos preços externos e a receita total de divisas proveniente do produto caiu. O câmbio reagiu desfavoravelmente e os preços em moeda nacional subiram mais (quase 60%) do que os preços internacionais (cerca de 30%). Os cafés plantados neste ano (e, evidentemente, os plantados em 1886, onde o aumento de preço foi de apenas 11%) tornaram-se adultos em 1891. Nas safras de 1891/92 e 1892/93, a média de nossa produção foi de 7 milhões de sacas, contra menos de 5 milhões nas quatro safras precedentes. Os cafeeiros plantados sob o estímulo dos preços de 1887 tiveram a sua produção aumentada à medida que se tornaram completamente adultos, mas este aumento de produção é impossível de ser medido por estar confundido com as produções dos cafeeiros plantados posteriormente.

Podemos, entretanto, ter uma idéia aproximada da elasticidade da oferta de café a longo prazo (mais de quatro anos), pois os aumentos de produção devidos à completa maturação do cafeeiro não são muito substanciais. Um aumento de 76% nos preços em moeda nacional produziu um aumento de 40% na produção, o que dá uma elasticidade média, de longa duração, para o período, da ordem de 1/2.

Quando os aumentos de produção chegaram ao mercado (1890), já não encontraram o mesmo ambiente de euforia da procura, pois a economia européia sofria novo movimento depressivo. Como, entretanto, a economia norte-americana, protegida pelas barreiras da tarifa MacKinley, manteve-se ainda em prosperidade até 1893, os preços sustentaram-se em nível relativamente elevado, apesar do aumento maciço da oferta em 1891/92.

O câmbio, que depois da proclamação da República mantivera-se, ainda em 1889, a uma taxa média de 26 7/16 dinheiros por mil-réis (o café rendera neste ano um acréscimo de divisas de 80% sobre o ano anterior, graças a um aumento concomitante da exportação e dos preços), baixou, em 1890, a 22 9/16 (apesar de a receita proveniente do café permanecer estável) para, em 1891, cair espetacularmente para 14 29/32, nível não registrado desde 1868, durante a Guerra do Paraguai.

As causas dessa precipitação cambial foram múltiplas, mas convém destacar algumas.

Em primeiro lugar, a desorganização do sistema bancário, que se seguiu à instalação da República, e os déficits orçamentários, provocaram uma inflação sem precedentes, em tão curto prazo, que ficou conhecida como o "encilhamento".

Em segundo lugar, com a libertação dos escravos e a posterior elevação dos preços do café, a agricultura de subsistência foi literalmente abandonada, pois os fazendeiros dedicavam os recursos disponíveis à produção de café, que era a cultura que lhes proporcionava maior lucro. Dessa maneira, o volume das importações de alimentos cresceu de maneira sensível. Se isso não bastasse, a chamada "revolta da esquadra", em 1893, desorganizou o comércio de cabotagem e São Paulo teve que recorrer ao exterior para a importação de cereais.

Nem mesmo os altos preços do café, que haviam melhorado consideravelmente a receita de divisas proveniente desse produto (situada agora em torno de 20 milhões de libras esterlinas, quando antes da República era de mais ou menos 14 milhões), poderiam sustentar a taxa cambial, pois a pressão da procura cresceu enormemente.

Este período registra o que constitui as origens de todo o problema cafeeiro que vivemos neste último meio século.

Entre 1890 e 1894, os preços do café haviam se mantido, a despeito do aumento da oferta; mas, com a instalação da crise na economia norte-americana e aumentos ainda mais substanciais da produção pelo amadurecimento dos cafeeiros plantados sob o estímulo da alta, eles começaram a cair.

Os aumentos de produção e a retração do nível de rendimento dos consumidores exigiram uma redução substancial de preços. Pela primeira vez, de maneira persistente, assiste o Brasil a um espetáculo ainda desconhecido: as exportações não conseguem se ampliar suficientemente (a curto prazo), para compensar a baixa dos preços. A partir de 1897, nossas exportações passam de uma média de 6 milhões de sacas para 9,5 milhões, mas a receita de divisas proveniente do café baixa de 20 para 15 milhões de libras esterlinas. A explicação deste fato provavelmente se encontra na circunstância de que a própria desvalorização cambial acentuada criava condições que possibilitavam a queda do preço do produto no mercado internacional.

Vimos, nos dois ciclos que analisamos (1858-1868 e 1869-1885) que, durante a fase ascendente, os preços do café elevavam a receita de divisas do País, mas que, na fase descendente, as ampliações das exportações eram suficientes para sustentar a mesma receita de divisas, fenômeno que, de um lado, não gerava grandes flutuações na taxa cambial e, de outro, garantia um paralelismo mais ou menos estreito entre as tendências das cotações no mercado externo e no mercado interno. A inexistência deste movimento pôde levar a uma depreciação da taxa cambial, capaz de compensar, por algum tempo, a redução dos preços externos e prolongar, conseqüentemente, o período de desajustamento.

Na fase com que nos preocupamos, o movimento antagônico entre preço externo do café e taxa cambial assumiu um aspecto dramático e criou uma situação extremamente difícil para o País. Enquanto os estoques mundiais se mantiveram abaixo do normal, devido às pequenas safras brasileiras, como se vê no quadro abaixo, os preços internacionais se sustentaram.

QUADRO 7

Safras	Produção do Brasil, em 1.000.000 de sacas exportáveis	Estoque mundial, em 1.000.000 de sacas	Preço médio de importação nos EUA, em cents por libra-peso
1886/87	6,03	3,99	10,7
1887/88	3,14	4,13	14,0
1888/89	7,02	2,33	13,0
1889/90	4,44	3,58	16,0
1890/91	5,58	2,38	19,0 *
1891/92	7,60	1,91	20,0 *
1892/93	6,34	2,96	14,0
1893/94	4,84	3,10	16,4
1894/95	7,04	2,15	14,7
1895/96	5,79	3,12	14,6

Fonte: Hopp, H. 1954.

* Estimados pelo autor.

Quando se apresentou a primeira grande colheita brasileira, que já refletia a produção dos novos pés de café plantados sob o estímulo dos preços altos (safra de 1896/97), os preços caíram à metade. Uma queda tão violenta se explica, não tanto pelo aumento da oferta (o estoque visível em 1º-7-1895 era de 3,12 milhões de sacas, em 1896 era de 2,59 e em 1897 era de 3,98 milhões de sacas), como pela folga que havia sido deixada pela depreciação do câmbio em condições de grande equilíbrio estatístico.

Notamos que, enquanto a oferta de cada ano deixava estoques mundiais relativamente pequenos e que cobriam as necessidades de comercialização, os preços internacionais do café não desceram, apesar da depreciação da taxa cambial.

Em 1887/88, com a queda da produção exportável pelo porto do Rio de Janeiro, elevaram-se os preços internacionais do café e a nossa taxa cambial, o que impediu a elevação dos preços em moeda nacional. As boas exportações de 1889 e 1890, realizadas a preços altos, aumentaram de maneira considerável nossa receita de divisas, o que elevou ainda mais a taxa cambial, que chegou, em 1889, à média de 26 7/16 dinheiros por mil-réis.

Como o câmbio, devido principalmente à inflação, caía mais depressa do que os preços externos do café, o sistema de preços não poderia regular a produção e era claro, portanto, que mais cedo ou mais tarde deveria se desenvolver algum mecanismo compensador.

Para se compreender o fenômeno, lembramos que, desde 1890, os preços do café já manifestavam tendência para a baixa, tendência que não se concretizou a não ser a partir de 1894, com a crise norte-americana. A tabela a seguir dá o comportamento da taxa cambial, do preço interno e do preço externo do produto:

QUADRO 8

Anos	Taxa cambial	Preço externo	Preço interno
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	113	120
1891	14 29/32	90	171
1892	12 1/32	87	201
1893	11 19/32	103	276
1894	10 3/32	92	290
1895	9 15/16	91	262
1896	9 1/16	69	252
1897	7 23/32	47	180
1898	7 3/16	41	163
1899	7 7/16	42	156
1900	9 16/32	46	171

O quadro anterior revela a gênese do problema cafeeiro nacional. A coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços.

Vimos que a resposta da oferta aos estímulos dos preços foi enorme na década anterior. No começo do século ela foi ainda maior. A construção das estradas de ferro Paulista, Sorocabana, Ituana, Mogiana e Rio Clareense havia transformado em recursos efetivamente utilizáveis uma quantidade enorme de terras férteis, apropriadas para a plantação do cafeeiro e a corrente imigratória havia se acentuado enormemente, melhorando as disponibilidades de mão-de-obra.

A conjugação dos preços altos com essas disponibilidades de fatores de produção exerceu um impulso poderoso sobre a nossa produção, que passou de pouco mais de 6 milhões de sacas entre 1892/96 para nada menos de 9,3 milhões na safra de 1896/97, ou seja, quatro anos depois, e para 11,2 milhões em 1897/98. Se tomarmos a média da produção entre as safras de 1900/01 e 1903/04, quando todo o cafezal se tornou adulto, encontraremos 12,7 milhões de sacas. A elevação dos preços havia, portanto, dobrado a produção brasileira em menos de 10 anos.

A situação causada pelo desenvolvimento descompassado da taxa cambial e dos preços externos do café se apresentava séria, não só do ponto de vista de cada agricultor, mas também de todo o País. Isto porque os grandes lucros proporcionados pela cafeicultura haviam desviado todos os recursos da classe agrícola para a produção de café, o que conduziu ao abandono da agricultura de subsistência. As importações de cereais e de outros gêneros de consumo haviam aumentado enormemente e pressionavam ainda mais a taxa cambial. Esta concentração de fatores de produção na cafeicultura tornara o setor agrícola da economia brasileira extremamente sensível às flutuações dos preços do café e a baixa desses preços não podia ser compensada, a curto prazo, por maiores vendas de arroz, feijão, milho, porcos, etc.

O formidável aumento da produção paulista de café havia sido possível, em parte, à custa de uma redução da agricultura de subsistência. É certo que nos primeiros anos das plantações de café se cultivavam alguns produtos dentro do próprio cafezal, mas esse cultivo era subsidiário, usado para alimentar os próprios produtores e, eventualmente, para fazer face a pequenas despesas. É preciso considerar-se que, com a Abolição, também viera o auxílio financeiro governamental através do Banco do Brasil, que realizou empréstimos diretos à lavoura, empréstimos estes que os bancos particulares não estavam dispostos a realizar. "Havia dinheiro e fácil", diz-nos Victor Vianna (1926, p. 526). Esse dinheiro foi alimentar a cultura cafeeira.

A queda dos preços do café colocava agora os agricultores em situação quase desesperadora e também o próprio Governo, pois a redução dos preços tornava insolváveis os fazendeiros e a pressão do setor importador sobre o mercado de câmbio tendia a depreciar ainda mais a taxa cambial.

No começo do século, aquele movimento compensador da receita de divisas, ao qual nos temos referido mais de uma vez, manifestou-se novamente. Os excessos de produção haviam levado os preços do café ao nível mais baixo de todo o período até aqui estudado. Em 1900, a situação econômica na Europa era de recessão, mas a economia norte-americana prosperou rapidamente até 1903, quando registrou um pequeno movimento de contração. A economia européia já estava em plena recuperação nessa época e a procura de café estava, portanto, se expandindo. A baixa de preços, que havia feito o volume médio de nossas exportações crescer de 6 para

9,5 milhões de sacas depois de 1897, criou estímulos suficientes para elevar essa exportação a 14,8 milhões de sacas em 1901 e para conservá-la na média de 11,7 milhões de sacas entre 1902 e 1905, antes, portanto, do Convênio de Taubaté.

Dessa maneira, recuperávamos, seis anos depois, pelo acréscimo da quantidade exportada, o mesmo nível de divisas obtido em 1892/95: cerca de 20 milhões de libras esterlinas.

Para obter esse resultado foi preciso, entretanto, permitir que os preços caíssem e permanecessem durante muito tempo em níveis bastante baixos. Com a política de saneamento monetário iniciada por Joaquim Murinho, o meio circulante havia sido reduzido, de 734 mil contos de réis em 1899, para 675 mil contos em 1902 e as exportações de café haviam conduzido a receita de divisas proveniente desse produto ao nível de 20 milhões de libras esterlinas. Esses movimentos convergentes (além do *funding* obtido), elevaram a taxa cambial e reduziram a remuneração do café em moeda nacional da seguinte maneira:

QUADRO 9

Anos	Câmbio médio	Preço do café por 10 kg
1895	9 15/16	13\$475
1896	9 1/16	12\$959
1897	7 23/32	9\$259
1898	7 3/16	8\$375
1899	7 7/16	8\$034
1900	9 16/32	8\$817
1901	11 3/8	5\$617
1902	11 31/32	4\$902
1903	12	5\$004
1904	12 7/32	6\$365
1905	15 57/64	4\$865

Fonte: Documentos parlamentares, 1915, p. 288

Logo no ano seguinte ao da declaração da República, a taxa cambial declinou violentamente, passando de 26 7/16 dinheiros por mil-réis em 1889 para 22 9/16 em 1890, para 14 29/32 em 1891, para 12 1/32 em 1892, até atingir 9 1/16 em 1896. Apesar dessa violenta depreciação, o preço do café elevou-se de 16,0 cents por libra-peso em 1889, para 19,0 cents em 1890 e para 20,0 cents em 1891, daí por diante mantendo-se estabilizado em torno de 14 cents por libra-peso até 1895 e caindo para 11,1 cents por libra-peso em 1896. Esses fatos, além da magnífica exportação de 1892, melhoraram de muito a nossa receita de divisas (mas, evidentemente, menos do que a procura estimulada pela violenta inflação).

A explicação da resistência dos preços do café à baixa se encontra nos reduzidos estoques visíveis no início de cada safra e nas pequenas safras do Brasil. Basta dizer-se que a safra 1891/92 teve início com um suprimento visível de apenas 1,91 milhão de sacas, quando o estoque normal era da ordem de 3 a 4 milhões.

Nessas circunstâncias, apesar da grande desvalorização cambial, que dava lucros importantes aos cafeicultores e comerciantes nacionais, os importadores não conseguiram forçar uma redução proporcional dos preços (como os preços no varejo são mais ou menos estáveis, é este o comportamento que lhes aumenta os lucros).

Esta coincidência da desvalorização cambial com um momento de grande equilíbrio estatístico criou a impressão de que era o câmbio baixo que produzia um aumento da receita de divisas, o que, no fundo, tinha a sua razão de ser, pois se ampliavam as possibilidades de exportação do Brasil. Como se vê pelo quadro abaixo,

QUADRO 10
Quantidade exportada no período
(Em 1.000 t)

Decênios	Algodão em rama	Cacau	Peles e couros	Açúcar	Fumo
1871/80	382	50	222	1.685	177
1881/90	228	74	180	2.021	199
1891/900	159	104	247	1.336	212

Fonte: Tosta Filho, 1958. v. 1.

vários produtos apresentaram aumentos consideráveis. Resultados ainda mais satisfatórios foram registrados em outros setores, como o da borracha, onde as exportações duplicaram entre os dois últimos decênios da tabela, e o do mate, onde elas quintuplicaram. Esses resultados foram, em parte, contrabalançados pela diminuição das exportações de algodão e de açúcar.

Com relação ao café, entretanto, que representava mais de 60% do valor das exportações no decênio 1881/90 e quase 65% no decênio 1891/900, não era a desvalorização que estimulava as suas vendas, pois os preços internacionais do produto, que eram determinados pelo encontro entre a procura mundial e a oferta brasileira, estavam em níveis bastante elevados pela diminuição desta última componente. Quando se apresentou a grande safra de 1896/97 (seguida por outras ainda maiores), o preço do café caiu para cerca de 50% do que vigorava no ano imediatamente anterior. No momento em que a posição estatística do café se inverteu, os seus preços caíram muito mais depressa do que a taxa cambial e em 1901 a remuneração do produto, em moeda nacional, retornava ao nível de antes da República.

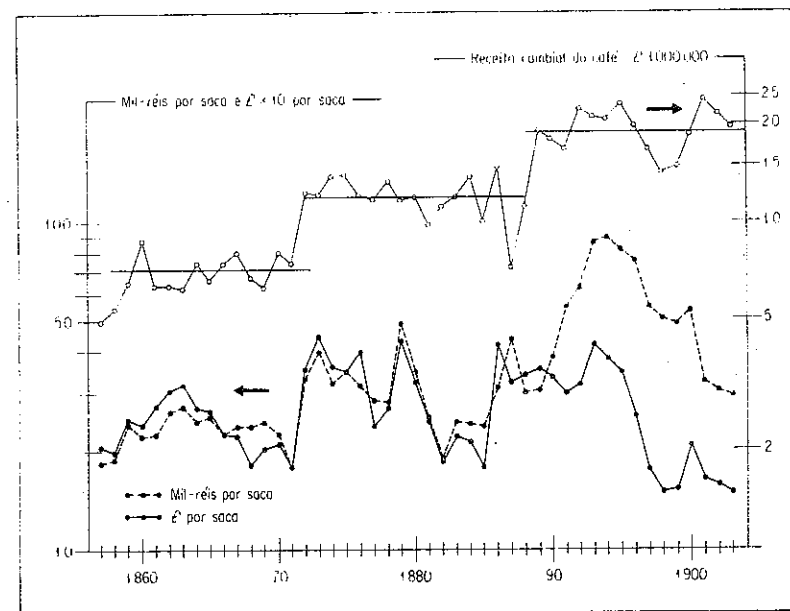
A análise destes movimentos constitui um subsídio precioso para o entendimento das relações entre os preços internacionais do café e a taxa cambial. Quando existe um relativo equilíbrio estatístico, os movimentos da taxa cambial não são praticamente sentidos no mercado cafeeiro e a desvalorização da taxa cambial tende a elevar os preços do produto em moeda nacional e a causar, com um atraso de quatro ou cinco anos, uma elevação da oferta. Quando, entretanto, a situação é de mercado comprador, com a oferta superando, de maneira importante, a procura, os preços internacionais

do care tendem a responder aos movimentos da taxa cambial, conservando mais ou menos estável a remuneração do café em moeda nacional. Foi assim durante os três ciclos que analisamos. Este fato parece já ter sido apontado pelo Prof. Eugênio Gudín, no seu trabalho "Café e câmbio", publicado em 1934 e que, infelizmente, não conseguimos consultar.

Por outro lado, a observação dos movimentos de oferta e procura do café e da taxa cambial mostram claramente que é muito difícil sustentar-se os preços do produto por meio da taxa cambial, quando existe um excedente de oferta.

O gráfico 3 esclarece o processo de ajustamento do mercado cafeeiro no período anterior à intervenção estatal. Verificamos que, até praticamente a República, as cotações em moeda nacional e os preços internacionais do café estavam estreitamente ligados. É importante notar-se que as taxas de crescimento dos preços internos e externos eram iguais. Dessa maneira, apesar do necessário atraso da oferta (porque as árvores levam quatro anos para se tornarem adultas), a comunicação entre o mercado interno e o externo era imediata. A taxa cambial flutuava em consequência dos movimentos do mercado cafeeiro, mas esse movimento era, em parte, compensado pela exportação de outros produtos e pela realização de operações financeiras. Por outro lado, e este é o aspecto mais importante do problema, vemos que, dentro de cada ciclo, a receita de divisas mantém-se relativamente es-

GRÁFICO 3
Preço e receita de divisas



tável, apesar das flutuações dos preços. Este fato se deve à ampliação das exportações. Se tomarmos, por exemplo, o primeiro ciclo, verificamos que a elevação dos preços ocorrida a partir de 1857 praticamente dobrou a receita de divisas proveniente do café. Quando os preços começaram a cair, a partir de 1863, o volume das exportações cresceu suficientemente para compensar este movimento e a receita de divisas permaneceu no mesmo nível. Deste fato decorre que, a longo prazo, a taxa cambial foi relativamente pouco influenciada pelo ciclo de preços. Se atentarmos mais minuciosamente para o fenômeno, constataremos que se verifica uma sensibilidade da taxa cambial dentro do ciclo. Assim, por exemplo, a elevação da receita do café (e a melhoria da exportação de algodão), durante a Guerra Civil Americana, firmaram a taxa cambial entre o mínimo de 24 1/4 e o máximo de 27 3/4, entre 1860 e 1864. Durante a Guerra do Paraguai, devido à política inflacionária do Governo, a taxa cambial se depreciou e assistimos a um movimento antagônico, ainda que de pequena amplitude, entre os preços do café em moeda nacional e seus preços em moeda estrangeira. Durante este movimento armado, é certo que a taxa cambial não se depreciou mais (devido às vultosas emissões) apenas porque a exportação de café cresceu suficientemente.

Se passarmos para o ciclo seguinte, verificamos que a prosperidade norte-americana e européia e a geada de 1870 produziram uma rápida elevação dos preços entre 1868 e 1874, o que quase duplicou a nossa receita de divisas oriunda do café. Conseqüentemente, esta elevação de preços produziu uma melhoria da taxa cambial, que variou entre o mínimo de 25 1/8 e 27 1/8, em 1873 e, portanto, elevou os preços em moeda nacional na mesma proporção da elevação dos preços em moeda estrangeira. Quando os preços começaram a cair, mais uma vez nossas exportações se elevaram o suficiente para manter a mesma receita de divisas. Apesar das flutuações anuais, ela se manteve, a partir de 1874, mais ou menos em torno de 11,5 milhões de libras esterlinas, o que foi possível devido à ampliação de nossas exportações, alimentadas pelos formidáveis aumentos de produção causados pela fase ascendente do ciclo, como se vê no gráfico 2.

Fenômeno análogo verificou-se no terceiro ciclo analisado e que se iniciou em 1885, depois de uma fase de prolongada depressão, causada não somente pelos excessos de produção, como também pela conservação dos estoques nas mãos dos operadores estrangeiros. A elevação dos preços, verificada a partir de 1886, fez crescer a nossa receita de divisas de uma média de 11,5 milhões de libras esterlinas para mais ou menos 19 milhões. Mesmo com a crise européia de 1890 e a norte-americana de 1893, nossas exportações cresceram suficientemente, a longo prazo, para sustentar aquela receita, como se vê no quadro 11.

Infelizmente, entretanto, como se verifica no gráfico 3, as fases ascendente e descendente deste ciclo foram acompanhadas por um movimento desequilibrado entre os preços do café em moeda nacional e em moeda estrangeira. Devido à violenta inflação verificada nos primeiros anos da República, os preços do café em mil-réis subiram muito mais depressa do que em moeda estrangeira e desceram muito menos rapidamente, o que provocou um violento aumento de produção justamente quando os preços já se encontravam em níveis muito baixos.

QUADRO 11

Anos	Exportação em 1.000.000 de sacas	Receita de divisas em £ 1.000.000
1895	6,7	22,4
1896	6,7	19,7
1897	9,5	16,5
1898	9,3	13,8
1899	9,8	14,5
1900	9,2	18,9
1901	14,8	24,0
1902	13,2	20,3

Fonte: Taunay, 1946, p. 548.

Considerações sobre os ciclos

Os três ciclos a que nos temos referido e que cobrem toda a segunda metade do século passado, representam uma abstração que procura revelar o sentido do movimento geral do mercado, apesar dos movimentos episódicos. Durante vários anos, por exemplo, o mercado sofreu a influência de grandes potências financeiras como B. G. Arnold, cuja tentativa de *corner*, a partir de 1869, pressionou para cima os preços do produto. No mesmo período, John Arbuckle introduz no comércio o café torrado e moído, em pacotes individuais, o que constituiu a revolução tecnológica mais séria para a generalização do uso do produto. No auge da expansão dos preços, em 1873, formou-se, na Alemanha, uma empresa para controlar o comércio cafeeiro, a qual funcionou com bom êxito durante quase uma década. Na década dos 80, um "sindicato" formado no Rio de Janeiro para fazer frente aos grandes interesses norte-americanos investidos no setor, arruina-se completamente, junto com seu opositor norte-americano, devido à ampliação da cultura cafeeira; os preços são derrubados e permanecem em níveis ínfimos durante quase cinco anos.

A respeito deste movimento é interessante recordar-se que se trata da primeira especulação de grande envergadura levada a efeito em moldes que seriam mais ou menos comuns posteriormente e que ainda há pouco foi posta em execução pelo Governo Federal. O mercado cafeeiro era então, como é hoje, dominado pelo comportamento de algumas grandes empresas torradoras, que funcionam como condutoras de um oligopólio. Dada a magnitude de seus estoques e o volume de seus recursos financeiros, essas empresas praticamente determinam o andamento do mercado e seus movimentos são imitados por grande número de pequenos importadores e importadores-torradoreis.

No início da década de 80, aproveitando-se das condições criadas pela inexistência de ponderáveis estoques visíveis em Nova Iorque e no Havre e procurando tirar proveito de uma safra apenas regular que se deveria apresentar, formou-se no Rio de Janeiro um "sindicato" que reuniu grandes capitais, inclusive com o auxílio de crédito bancário. O seu objetivo era realizar

um *corner* no mercado cafeeiro. A esta ação opuseram-se operadores baixistas, tanto em Nova Iorque como no Havre, o que levou o "sindicato" a realizar grandes compras a termo, certo de que, quando da maturação dos contratos, eles teriam que recorrer a maciças importações do Brasil ou então liquidar por diferença. Isto daria ao "sindicato" um duplo lucro: em primeiro lugar, ganharia em moeda nacional pela elevação dos preços do produto e, em segundo lugar, ganharia em dólares e francos.

Como costuma acontecer em casos dessa natureza, os estoques tinham sido subestimados e a tentativa de *corner* produziu resultados desastrosos, liquidando o "sindicato" nacional e colocando em dificuldades inclusive os bancos que os haviam apoiado.

O insucesso desta gigantesca especulação foi uma das causas mais importantes para a organização de Bolsas de Café em Nova Iorque e no Havre.

Dinamismo da procura

Todos estes movimentos de maior ou menor importância e as instituições que eventualmente deles derivaram não foram suficientes para modificar a marcha do mercado, que, apesar de revelar grandes flutuações, tinha energia para restabelecer o equilíbrio. O fator mais importante para a absorção das flutuações do mercado residia no dinamismo da procura a longo prazo, que não há razão para se pensar inexistente hoje.

Esse dinamismo se explica por três fatores: uma elevação muito rápida da população, um crescimento acentuado do nível de rendimento e a crença no sistema de preços.

O crescimento da população mundial foi muito importante na segunda metade do século passado, particularmente nos Estados Unidos, que era o país onde mais se consumia café. A tabela abaixo revela o fenômeno:

QUADRO 12

Anos	População em 1.000.000 de habitantes	
	Europa (sem URSS)	Estados Unidos
1850	266	23
1900	401	76
1950	550	150

Adaptado do relatório da Divisão de População da ONU, 1951.

A população dos Estados Unidos praticamente triplicou entre 1850 e 1900, o que aumentou de maneira muito ponderável o consumo de café. Pode-se argumentar em contrário, afirmando-se que uma parcela importante desse aumento é, de fato, transferência de população. O ponto importante a se notar, entretanto, é que mesmo essa transferência tende a aumentar o consumo, pois o imigrante entra em contato com uma população já habituada

ao produto e, o que é mais importante, encontra melhores oportunidades para aumentar o seu rendimento. Na Europa, ele era um consumidor potencial, mas nos Estados Unidos ele se transforma num consumidor atual. Outro aspecto importante do problema não diz respeito à evolução quantitativa da população americana, mas sim qualitativa. Desde 1850 é que se nota uma tendência muito clara ao envelhecimento da população norte-americana. Naquele ano, cerca de 52% da população era menor de 20 anos, contra menos de 45% em 1900. Este fato produz uma elevação do consumo de café.

Na Europa, apesar de o fenômeno ser menos ponderável, ele não deixa de ser muito sensível quando comparado com o desenvolvimento posterior, pois revela um aumento de população da ordem de 50% em meio século.

É preciso considerar-se, por outro lado, que não se assiste, no período, a uma simples elevação do número de consumidores, mas a uma elevação muito rápida do nível de rendimento desses consumidores. Damos abaixo a taxa de crescimento real de algumas das importantes economias do mercado cafeeiro no período:

QUADRO 13

Países	Período entre	Rendimento total	População	Rendimento <i>per capita</i>
Inglaterra	1860/79 1880/99	29,5%	11,5%	16,1%
França	1840/49 1880/99	18,4%	2,5%	15,5%
Alemanha	1860/79 1880/99	44,5%	9,9%	31,5%
Itália	1861/80 1881/900	37,9%	6,6%	29,3%
Suécia	1861/80 1881/900	27,5%	6,4%	19,9%
EUA	1869/88 1889/908	52,4%	23,2%	23,7%

Fonte: Kuznets. S. 1955.

Este quadro mostra claramente o enorme progresso material da economia do mundo na segunda metade do século passado, a despeito dos movimentos cíclicos verificados. São essas taxas de aumento do rendimento *per capita* que explicam o alto dinamismo da procura de café, que passou de 5 milhões de sacas nos anos 50 do século passado para pouco mais de 10 milhões nos anos 80 e andava por volta de 14 milhões no fim do século passado.

Outro fator importante para explicar esse dinamismo da procura deve ser encontrado na crença irrestrita no sistema de preços para regular a economia que vigorava naquele período. Se existissem dúvidas sobre a eficiência desse mecanismo, não teriam sido permitidas as flutuações de preços verificadas dentro de cada ciclo (em média os preços mínimos do ciclo representam menos do que a metade dos preços máximos) e desde cedo teríamos encontrado tentativas de estabilizar em algum ponto a receita de divisas do País.

Os antecedentes da intervenção

A partir de 1902, os preços do café no mercado interno voltaram aos níveis vigorantes antes da libertação dos escravos, o que vale dizer, aos preços vigorantes no período anterior à grande inflação. Murinho havia posto em prática sua política de saneamento, reduzindo o volume do meio circulante e realizando um *funding*. A contração causada por esta política deve ter sido muito importante para o cafeicultor, cujos custos são, na maioria, salários, que poderiam ser comprimidos, permitindo o plantio intercalar de cereais. Na fase de ascensão dos preços, o salário deve ter crescido, não somente devido ao próprio processo de desvalorização do dinheiro, como também pela disputa de mão-de-obra, disputa esta entre os fazendeiros desejosos de ampliar a produção de café. Nessas circunstâncias, compreende-se que a situação dos fazendeiros não deveria ser muito boa, pois o seu rendimento voltara ao nível vigente antes da libertação dos escravos e é difícil imaginar-se que os seus custos pudessem ser comprimidos da mesma forma.

Murinho acreditava que a solução do problema deveria ser encontrada pelo próprio mercado, que se encarregaria de eliminar os produtores marginais. É ele próprio que nos diz, no relatório do Ministério da Fazenda de 1899: "Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o Governo deixou que a produção do café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ella nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a lucta." Um ajustamento dessa natureza não se faz sem grande coragem e determinação do Governo e sem grandes protestos.

Já em 1895, quando o preço interno começou a declinar, foi proposto o monopólio da comercialização do café pelo Estado. Em 1898 surgem as primeiras sugestões para a queima do produto e em 1901 nova sugestão de monopólio, mas Murinho era um spenceriano convicto de que a concorrência puniria somente os incapazes e nem mesmo uma crise bancária pôde demovê-lo de sua posição. A verdade é que ele encontrara um ambiente inteiramente conturbado, em que já se efetivara uma tremenda inversão de valores. O "encilhamento" havia incutido no espírito dos cafeicultores "o absurdo aforismo de que câmbio baixo correspondia, automaticamente, a café alto", diz-nos Taunay (1946. p. 253), que arremata: "Viviam (os cafeicultores) muito convictos da inflexibilidade desta lei esdrúxula, ansiosamente consultando as oscilações das taxas cambiais, alarmados até com a possibilidade da valorização do mil-réis".

O ponto alto da posição de Murinho residia em sua completa coerência. Convencido de que existia um desajustamento entre a oferta e procura do produto e de que qualquer intervenção do Governo seria incapaz de eliminar esse fato real, esperava que o desajustamento fosse resolvido pela seleção natural, em que os produtores marginais, com custos mais elevados, sucumbiriam. Compreendendo, por outro lado, que o ajustamento poderia ser acelerado por uma ampliação da procura, forçou também este caminho, tendo o Governo Federal promovido intensa propaganda do produto no exterior e conseguido várias reduções tarifárias (Taunay. 1946. p. 272).

Os acréscimos de produção estavam, entretanto, criando um desajustamento de dimensões até então desconhecidas entre oferta e procura. Os estoques mundiais, em 1º de julho de cada ano, haviam passado da média de pouco mais de 5 milhões de sacas entre 1895 e 1900 para mais de 11 milhões a partir de 1902.

Naquele ano começara, de fato, a tomar corpo a idéia de que o Governo deveria intervir no mercado, tendo sido decretada a proibição do plantio, em São Paulo, pelo prazo de cinco anos, posteriormente renovada. Em julho, Quintino Bocayuva, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, apresentou aos governos de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, um projeto para valorizar o café. Infelizmente, não era comum a compreensão de que a origem das dificuldades residia num aumento enorme da oferta, devido, em parte, é verdade, à inflação que se seguiu à proclamação da República e facilitada pelo crédito oficial, mas que havia sido realizada por empresários privados, que, ao mesmo tempo em que auferiam os lucros dos negócios (ou em função mesmo dessa qualidade), deveriam assumir os seus riscos. Argumentava-se com as dificuldades da classe agrícola, como se isso representasse a desapareção da cafeicultura. Não se compreendia que as fazendas instaladas, o capital ali investido em benfeitorias, os cafezais já plantados e os imigrantes eram fatores de produção que existiam independentemente dos títulos de crédito ou de débito dos fazendeiros. O máximo que poderia ocorrer era a substituição de uma classe empresária, que se revelara imprevidente, por outra, mas o capital nacional continuaria intacto. Ninguém desejava entender o fato de que a ruína dos fazendeiros simplesmente transferiria as suas propriedades para outros empresários, como Calógeras acentuaria mais tarde, mas que o rendimento nacional, passados os momentos iniciais de surpresa causados por esse trauma, continuaria exatamente o mesmo.

O projeto Bocayuva esperava exercer o poder de monopólio que nos era conferido pela posição do Brasil no mercado, fixando um preço mínimo para o produto, sustentado pelo governo dos quatro estados.

Regime de exploração

Por vários motivos, a situação da lavoura paulista era mais difícil, do ponto de vista financeiro, do que a dos demais estados produtores, sendo que dentre esses motivos não tinha menor importância a forma de relação estabelecida entre o capital e o trabalho. Em São Paulo, a forma de exploração mais comum era o colonato (o qual se mantém até hoje), enquanto que nos demais Estados era a parceria (Augusto Ramos. 1934. p. 506).

No regime de colonato, o trabalhador rural recebe, em geral, uma remuneração de três tipos: a) uma remuneração fixa por 1.000 pés para manter limpo e preparar o terreno para a colheita; b) uma remuneração por dia de trabalho para os serviços de poda, adubação, pequenos reparos no equipamento de produção etc., e c) uma remuneração diretamente proporcional ao número de sacas de café por ele colhido.

O salário real do colono é, de fato, muito maior do que a remuneração monetária referida acima, pois o colonato implica a permissão para se

plantar arroz, feijão, milho, etc., dentro da própria fazenda (em terreno separado ou dentro das ruas do cafezal novo) e cujos resultados pertencem ao próprio colono, além da permissão para manter os animais a ele pertencentes e da concessão de outras vantagens (lenha, café para o seu consumo, etc.).

No regime de parceria, o chamado "parceiro" executa todos os serviços do cafezal (desde a limpeza até os trabalhos de terreiro), entregando ao proprietário a porcentagem de café seco relativa ao contrato. Também neste regime a remuneração real do trabalho é mais elevada, porque o trato geralmente inclui outras vantagens, como no sistema de colonato.

Verificamos, por essa explanação sumária, que existe uma profunda diferença, do ponto de vista econômico, entre os dois sistemas. No "colonato", o empresário executa, de fato, o seu papel, assumindo os riscos do negócio. Trata-se de exploração tipicamente industrial, onde o empresário recebe a remuneração residual e o trabalhador recebe a paga do seu trabalho, quer a colheita corra bem, quer não; quer o preço do café esteja alto, quer ele esteja baixo. Na "parceria", o empresário transforma-se no simples rendeiro (de um tipo especial), e procura repartir o trabalho de direção e planejamento e os riscos com o trabalhador rural, que assume, de fato, a categoria de empresário. Nessa qualidade, ele recebe mais se a colheita corre bem ou se os preços são bons, ou recebe menos, em caso contrário, mas não há obrigação contratual de garantia da remuneração para nenhuma das partes.

As repercussões da queda dos preços do café em moeda nacional, dentro dos dois regimes de remuneração do trabalho, são completamente diferentes. No "colonato", ou o empresário liquida as suas dívidas, ou se vê envolvido numa série de complicações que vão desde à desorganização do serviço até a entrega da propriedade aos colonos credores. A situação em São Paulo era ainda mais complicada pelo fato de que o colono, geralmente, era o imigrante italiano, diligente e exigente e pronto a ir até a aventura na defesa dos seus interesses. A queda dos preços do café recaía, portanto, a curto prazo, inteiramente sobre o fazendeiro-empresário. No regime de "parceria", a compressão da remuneração do trabalhador agrícola é imediata: o proprietário, por menos que recebesse, recebia sempre uma importância positiva, ao passo que no "colonato" ele podia ficar com as dívidas.

Não era, portanto, de se estranhar que a pressão para a intervenção estatal partisse de São Paulo.

Para se compreender como os lavradores paulistas esperavam resolver a situação e como os processos de solução não se modificaram muito até hoje, basta considerar-se um projeto de lei que resultou de uma reunião de cafeicultores em Campinas, para estudar a proposta Bocayuva. No artigo 1º de tal projeto se diz: "Fica o Governo autorizado a emitir até a quantia de 200.000:000\$, papel-moeda, fazendo a emissão segundo as necessidades, para o fim de auxiliar a lavoura de café" e, no artigo 4º, "Será entregue ao lavrador, nas repartições creadas para o recebimento do café, a quantia de vinte e quatro mil-réis (24\$000), pela sacca de café bom, não sendo recebidos escolha e cafés sujos, ficando a diferença para mais, quando haja, a favor do lavrador, para lhe ser dada depois da venda."

Em 1902, o preço médio do café foi da ordem de 4\$902 por 10 quilos, de maneira que o preço mínimo fixado pelo projeto seria mais ou menos equivalente ao preço de mercado. Para se entender o absurdo da proposta, que pretendia garantir a propriedade para os então fazendeiros de café à custa da estabilidade monetária, que estava sendo restabelecida com muito custo para toda a coletividade, basta lembrar-se que, em 1902, a circulação total do País era da ordem de 676 mil contos de réis. A emissão autorizada era, portanto, da ordem de 1/3 do total da moeda em circulação no País.

Por outro lado, o mecanismo de comercialização funcionava como um *buffer-stock* e já em 1902 estava acumulado, dentro dos canais de comercialização, um número bastante elevado de sacas. As dificuldades de crédito dos fazendeiros e comissários colocara-os nas mãos dos grandes grupos exportadores, que tinham, assim, uma parcela ponderável da safra comprada por antecipação. Nessas circunstâncias, a resistência dos compradores estrangeiros de café era enorme. Eles poderiam reduzir à impotência qualquer plano de defesa, retraindo-se durante tempo suficientemente longo, pois isso causaria uma tremenda inflação interna.

Esta modificação da estrutura da comercialização tinha também as suas implicações nesta época de crise. O comissário fazia o papel de financiador e conselheiro do cafeicultor e normalmente era ligado a ele por laços de amizade, ligação essa que se foi diluindo à medida que a produção nacional se expandia. O ensacador comprava café por conta própria, classificava-o e preparava-o de acordo com os hábitos dos grandes mercados mundiais e conservava um estoque razoável do produto, o que o tornava freqüentemente altista. Dessa maneira, ele e o comissário em geral tinham interesses comuns a se contraporem aos desejos do exportador, normalmente baixista. O exportador tratava unicamente de colocar nos mercados estrangeiros o café que já recebia pronto das mãos dos ensacadores.

Com a diminuição em número e importância dos comissários — iniciada com a libertação dos escravos e acelerada depois de 1903 pela lei que regulamentou o estabelecimento dos armazéns gerais — e dos ensacadores, aumentaram, de um lado, as dificuldades de financiamento dos agricultores e, de outro, diminuiu o estoque necessário para manter a comercialização em determinado nível. À medida que essa integração se acentuava, maiores eram as possibilidades de pressão dos grandes exportadores sobre os preços, pois enfrentavam agora, não algumas grandes casas ensacadoras com grandes capitais, mas uma infinidade de pequenos agricultores cujas finanças estavam arruinadas.

A idéia de intervenção governamental no mercado foi, entretanto, arrefecida pela diminuição das safras 1903/04 a 1905/06. O preço interno do café aumentou (apesar da melhoria da taxa cambial) pela elevação dos preços internacionais do produto, atingindo 6\$365 por 10 quilos em 1904.

A safra de 1900/01 encontrara um estoque de 5,84 milhões de sacas, que atingira 11,26 milhões em 1902/03. A situação somente não se agravou mais porque fenômenos climáticos adversos (seca e geada) reduziram de maneira apreciável as colheitas brasileiras de 1903/04, 1904/05 e 1905/06. Mesmo assim, esta última safra fechou com um estoque visível de mais ou menos 9,5 milhões de sacas (o estoque normal de comercialização era da ordem de 30 a 40% do consumo, ou seja, mais ou menos 5,5 milhões de

sacas). A diferença líquida de estoques entre 1900/01 e 1905/06 encontrava-se distribuída da seguinte maneira: 2,07 milhões de sacas como variação de estoques no Brasil e 1,13 milhão como variação de estoque no estrangeiro.

Em 1905, o café atingia, em moeda nacional, os preços que haviam vigorado nos anos imediatamente anteriores ao "encilhamento", ou seja, as cotações atingidas na grande depressão de 1881/85, quando fracassou uma tentativa de *corner* levada a efeito por especuladores nacionais. Naquela época, tais preços já haviam colocado em razoável dificuldade a lavoura cafeeira. Agora, depois da violenta inflação, eles provavelmente não cobriam ao menos o custeio. Isto significava que, em dois ou três anos, o equilíbrio estatístico estaria restabelecido, pois os cafeicultores não poderiam dispensar nem mesmo os cuidados normais ao cafeeiro e, em dois ou três anos, a produção sofreria um colapso.

A medida que os cafezais plantados sob o estímulo do "encilhamento" iam-se tornando adultos, a situação piorava cada vez mais, como se vê no quadro abaixo:

QUADRO 14

Safras	Produção exportável do Brasil	Produção exportável dos outros	Estoque mundial
	— em 1.000.000 de sacas —		
1899/1900	9,25	4,35	6,20
1900/01	11,31	3,79	5,84
1901/02	16,09	3,65	6,87
1902/03	13,07	4,50	11,26
1903/04	11,13	4,63	11,90
1904/05	10,52	3,92	12,36
1905/06	11,49	3,95	11,26

Fonte: Hopp. 1954.

O consumo mundial era da ordem de 16 milhões de sacas, o que mostra que o estoque disponível no início da safra já representava cerca de 3/4 desse consumo. Mas já em 1906/07 a situação iria piorar muito mais, pois a safra se antecipou com uma florada de proporções até então desconhecidas e o Brasil tomou consciência de que se colheria, num só ano, mais café do que o mundo todo poderia beber. Quando ficou claro que esta safra não seria inferior a 20 milhões de sacas, começou-se a pensar seriamente numa forma de intervenção que preservasse a lavoura cafeeira do desastre.

Dificuldades tarifárias

Para se ter uma idéia mais completa da situação do mercado do café no começo do século, na época imediatamente anterior à que marcou a intervenção governamental, temos que fazer ainda algumas considerações a respeito. Quando, em 1902, o preço médio do café no porto de Nova Iorque

era da ordem de 6,6 cents/libra-peso e mais ou menos o mesmo nos portos europeus, incidiam sobre o produto as seguintes tarifas:

QUADRO 15

Suécia	1,4 cents/libra-peso
Inglaterra	3,0 cents/libra-peso
Dinamarca	3,0 cents/libra-peso
Alemanha	4,3 cents/libra-peso
Noruega	de 3,6 a 6,2 cents/libra-peso
Áustria-Hungria	8,0 cents/libra-peso
Rússia	8,2 cents/libra-peso
Portugal	8,8 cents/libra-peso
Espanha	12,2 cents/libra-peso
Itália	9,0 cents/libra-peso
França	6,0 cents/libra-peso

Fonte: Relatório da Conferência Internacional do Café, realizada em Nova Iorque, em 1902.

A Europa e os Estados Unidos repartiam, mais ou menos, o consumo do produto e os principais consumidores europeus eram, então, como agora, a França, a Alemanha e a Itália. Como a parte mais importante da tarifa mencionada era específica, isto significa que ela não variava com as flutuações de preço, onerando proporcionalmente mais o produto justamente quando o seu preço era menor. Para se ter uma idéia da eficiência de uma redução de preços para aumentar o consumo nos três países mais importantes, basta considerar as seguintes reduções possíveis no preço do produto, com uma redução de 10% nos preços de importação:

- França — o preço passaria de $6,6 + 6,0 = 12,6$ para $6,0 + 6,0 = 12,0$, com uma redução de 5%;
- Alemanha — o preço passaria de $6,6 + 4,3 = 10,9$ para $6,0 + 4,3 = 10,3$, com uma redução de 6%, e
- Itália — o preço passaria de $6,6 + 9,0 = 15,6$ para $6,0 + 9,0 = 15,0$, com uma redução de 4%.

Por outro lado, é preciso lembrar-se que os fornecimentos de café, tanto para os países escandinavos como bálticos eram, em boa parte, realizados por aqueles três países, que reexportavam uma parcela importante do café comprado no Brasil. O quadro abaixo dá uma idéia da magnitude deste fenômeno no ano de 1901:

QUADRO 16

Países	Exportação do Brasil	Importado para consumo
	— em 1.000 sacas —	
Alemanha	2.809	1.705
França	2.184	629
Áustria-Hungria	690	601
Itália	205	186

Fonte: Retrospecto commercial. 1903 p. 61.

Mesmo para os Estados Unidos havia um comércio regular de reexportação. Este fato tinha uma dupla implicação. Em primeiro lugar, impedia o estabelecimento de correntes normais de comércio entre o Brasil e uma série de outros países, o que enfraquecia a nossa posição; em segundo lugar, dava margem a toda a sorte de fraudes com o café brasileiro, o qual, depois de remanipulado era vendido como Java ou outro, a preços superiores. Este fato explica uma parcela da ampla campanha depreciativa a que sempre esteve sujeito o produto nacional. Os grandes entrepostos comerciais europeus tinham todo o interesse em criar a idéia de que o café brasileiro era de péssima qualidade, pois isto estabelecia um diferencial maior entre ele e os seus concorrentes e dava-lhes amplas possibilidades de lucros fáceis.

Rigidez dos preços

Por outro lado, no mercado norte-americano, onde não existia um sistema tarifário que impedisse a generalização do uso da bebida, o mecanismo de comercialização funcionava no sentido de manter constantes os preços do produto, a despeito da baixa dos preços de importação. A tabela seguinte mostra o fato:

QUADRO 17

Anos	Preço médio de importação	Preço médio no varejo
	— em cents por libra-peso	
1892	14,0	28,0
1893	16,4	28,3
1894	14,7	27,8
1895	14,6	27,4
1896	11,1	26,8
1897	7,5	25,5
1898	6,5	24,5
1899	6,7	24,4
1900	7,4	24,5
1901	6,4	24,4
1902	6,6	24,2
1903	7,0	24,1
1904	8,1	24,7

Fonte: Hopp, 1954.

A tabela anterior mostra que o mecanismo de comercialização tornava os preços do varejo muito mais rígidos. É evidente que não é possível — como queriam muitas pessoas da época —, que os preços do varejo variassem na mesma proporção que os preços de importação, pois existem os custos de preparo e comercialização do produto. Como veremos minuciosamente em capítulo posterior, se chamarmos de p o preço de importação,

o preço no varejo será $P = a + bp$. Isto significa que, quando o preço de importação passa de p para p_1 , o preço do varejo passa de P para $P_1 = a + bp_1$. Como o parâmetro a é necessariamente positivo, $(p - p_1)/p$ é sempre maior do que $(P - P_1)/P$.

É certo, por outro lado, que o aumento da margem de comercialização, que passou de 13,0 cents por libra-peso em 1892/95 para 17,4 cents por libra-peso em 1901/04, deve ter melhorado, de maneira considerável, o lucro dos torradores. Este resultado somente se tornou possível porque a integração das grandes firmas importadoras-torradoras estava se completando e elas agora, inclusive, compravam café no interior do Brasil por meio de seus agentes locais. Este aspecto da comercialização tem, entretanto, as suas vantagens, pois, quando os preços de importação sobem, os seus movimentos não são acompanhados, na mesma proporção, pelo preço do varejo. Infelizmente, não dispomos de informações seguras sobre os preços do café no varejo antes de 1892. Há, entretanto, indicações de que a baixa dos preços de importação simplesmente restabeleceu a margem de comercialização (existente antes da alta de 1886), e que havia diminuído no período de preços elevados (1886 a 1896).

A extraordinária rigidez introduzida nos preços do café no varejo, tanto na Europa como nos Estados Unidos, foi talvez o principal fator que levou os brasileiros a pensarem na substituição do sistema de preços formados livremente no mercado por um monopólio do produto. Esperava-se, dessa maneira, auferir uma parcela maior de lucro. Infelizmente, em lugar de pensarem nas formas de reduzir aquela rigidez e tornar o mercado varejista mais sensível às modificações dos preços do café verde, pensavam eles nas maneiras possíveis de repartir melhor o lucro deixado por ela.

Não resta dúvida de que essa política de preços estáveis em um nível que havia assegurado grandes aumentos de consumo deve ter exercido um papel importante na fixação do hábito nos consumidores. Por outro lado, não é possível deixar-se de reconhecer que essa rigidez diminui muito a eficácia da baixa dos preços de importação para acelerar o aumento do consumo.

O comportamento dos operadores do mercado

Desde que os preços do varejo permaneceram praticamente no mesmo nível durante os últimos 20 anos do século passado, isto significa que o consumo deveria ter flutuado de acordo com a flutuação do nível de rendimento e com o volume da população, o que deveria resultar em flutuações relativamente lentas. Como se explica, então, as violentas oscilações no volume de nossas exportações? A maior parte desses movimentos se explica pelo comportamento dos operadores do mercado, que procuravam realizar os seus estoques quando os preços eram mais baixos e reduzir as suas compras quando os preços se elevavam. Dessa maneira, eles funcionavam como uma espécie de *buffer-stock*, impedindo que pudéssemos tirar vantagem dos anos de safras medíocres.

É importante notar-se que esse tipo de comportamento não impedia o funcionamento do sistema de preços, mas simplesmente diminuía a amplitude

das oscilações. O sistema funcionou relativamente bem enquanto não existiu um excesso considerável de produção, o qual os intermediários não poderiam absorver, não somente pelo grande risco que implicaria, como também pela inexistência de recursos financeiros suficientes. A existência desse estoque nas mãos dos operadores tornava a sua procura de café muito mais elástica a curto prazo, de um lado porque lhes aumentava o poder de resistência na alta e, de outro, porque lhes facilitava a colocação dos excedentes a preços mais baixos. Esta elasticidade maior da procura de café, por sua vez, assegurava uma receita mais ou menos estável de divisas dentro de amplos períodos e, enquanto as condições monetárias não se deterioravam rapidamente, isto significava uma relativa estabilidade cambial e uma concomitância entre as flutuações dos preços do café nos mercados interno e externo, o que simplificava o processo de ajustamento entre oferta e procura.

É ainda aquele comportamento que provavelmente explica as rápidas reações dos preços do café às modificações dos níveis de atividade nos países consumidores. Quando as perspectivas eram desfavoráveis, não só o crédito era mais escasso (e a manutenção do estoque mais difícil), como aumentava o risco, o que exigia uma baixa dos preços do produto (baixa cuja magnitude estava ligada, não só à magnitude da crise, como às condições do próprio mercado cafeeiro).

Um sistema de comercialização dessa natureza contém, por outro lado, elementos de grande instabilidade, pois se apóia de maneira quase total na confiança e nas expectativas dos operadores e pode deixar de funcionar justamente no momento em que se torna mais necessário. Foi esse o caso, quando as floradas da safra de 1906/07 mostraram que ela atingiria níveis até então desconhecidos, e que provavelmente passaria de 20 milhões de sacas. Uma safra dessa magnitude, quando os preços do café já eram muito baixos, quando existia um estoque de quase 10 milhões de sacas e quando o consumo mundial era da ordem de 16 milhões de sacas, exigiria uma violenta e duradoura queda de preços para ser absorvida. Havia, entretanto, sérios problemas para serem resolvidos.

Difícilmente o setor de comercialização do produto (que já tinha em mãos estoques volumosos e, portanto, iria sofrer sérios prejuízos) poderia absorver o excedente sem uma indescritível baixa de preços, pois, em caso contrário, seria preciso imobilizar, durante um período mais ou menos longo, um extraordinário montante de recursos. Antes mesmo da grande safra que se aproximava, o preço de importação do café nos Estados Unidos era de mais ou menos 8 cents por libra-peso, o que mostra que os preços talvez caíssem a 3 ou 4 cents. Além do mais, com os resultados do saneamento monetário e a ampliação do volume das exportações de café, a taxa cambial vinha melhorando sensivelmente desde 1900, como vimos há pouco, e os preços do café, em moeda nacional, já se encontravam num nível que provavelmente só cobria o custeio das fazendas.

Percebe-se, portanto, claramente, que o problema não se resolveria dentro de uma economia de mercado, a não ser à custa da eliminação de uma parcela muito importante das plantações de café. Em princípio, isto signifi-

cava a eliminação das lavouras menos produtivas e mal localizadas, o que, quando a receita proveniente do café caísse abaixo do custeio, se daria com relativa rapidez, pois o abandono do cafezal por dois ou três anos praticamente o inutiliza. É possível, por outro lado, que o peso da oferta reduzisse de tal maneira o preço interno do café, que o rendimento obtido com o produto fosse insuficiente para cobrir as despesas de custeio, mesmo das culturas mais produtivas, o que poderia representar a eliminação completa da cafeicultura nacional. Essa hipótese, ainda que plausível, era improvável, como se vê pelo quadro abaixo:

QUADRO 18

Safras	Estoque inicial	Produção exportável		Consumo	Preço em cents/libra
		Brasil	Outros		
— em 1.000.000 de sacas de café —					
1900/01	5,84	11,31	3,79	14,33	7,4
1901/02	6,87	16,09	3,65	15,52	6,4
1902/03	11,26	13,07	4,50	15,97	6,6
1903/04	11,90	11,13	4,63	16,13	7,0
1904/05	12,36	10,52	3,92	16,16	8,1
1905/06	11,26	11,49	3,95	16,74	8,6

Fonte: Hopp, 1954. Os preços se referem ao valor de importação de todos os cafés nos Estados Unidos. As pequenas diferenças no quadro se explicam por erros e omissões, inevitáveis em estatísticas dessa natureza.

A recuperação lenta dos preços, em resposta à diminuição da produção do Brasil, constituiu, no período, um dos estimulantes mais poderosos para a comercialização do produto. A magnitude dos grandes estoques tinha uma importância relativamente menor do que em outras circunstâncias, pois a diminuição da safra introduzia uma expectativa claramente otimista com relação aos preços.

Essa expectativa de alta era ainda mais fortalecida pela proibição de se fazer plantações de cafeeiros em São Paulo pelo prazo de cinco anos, proibição esta iniciada em 1902 e posteriormente prolongada por igual período.

Com um consumo se expandindo, devido aos baixos preços do café no varejo, a uma taxa superior a 3% ao ano, era evidente que, em breve, os preços entrariam em recuperação. A experiência de meio século de operações no mercado de café mostrava, por outro lado, que quando se atingia um relativo equilíbrio entre oferta e procura, os preços tendiam a subir rapidamente. Nessas circunstâncias, a comercialização acabaria se realizando, apesar das dificuldades inevitáveis. Infelizmente, entretanto, as exportações nacionais, que da média de pouco mais de 9 milhões de sacas entre 1895 e 1900, passaram para 11,03 em 1900/01, para 15,27 em 1901/02 e voltaram ao nível de 10,5 milhões de sacas nas safras seguintes.

Como nos demais países produtores não se acumulava praticamente estoque algum, o aumento da quantidade de café nas mãos dos operadores, no estrangeiro, teve o seguinte desenvolvimento:

QUADRO 19

Safras	Exportação		Consumo	Variação dos estoques
	Brasil	Outros		
— em 1.000.000 de sacas de café —				
1900/01	11,03	3,79	14,33	0,49
1901/02	15,27	3,65	15,52	3,40
1902/03	13,01	4,50	15,97	1,54
1903/04	11,05	4,63	16,13	- 0,45
1904/05	10,22	3,92	16,16	- 2,02
1905/06	10,96	3,95	16,74	- 1,83

Este quadro, combinado com o anterior, mostra claramente como os importadores puderam se beneficiar dos baixos preços das safras de 1901/02, e 1902/03, ampliando os seus estoques em quase 5 milhões de sacas. Quando as safras brasileiras diminuíram e os preços se elevaram (da média de 6,5 cents/libra-peso em 1901/02-1902/03 para 8,3 cents/libra-peso em 1904/05-1905/06), eles puderam reduzir as suas compras e colocar os seus estoques com lucros.

A observação desses elementos revela que o sistema de preços, auxiliado por condições climáticas, estava resolvendo o problema. Praticamente a partir de 1903 a produção exportável tinha sido em média inferior ao consumo e os estoques mundiais do produto estavam declinando. A grande safra de 1901/02 esgotara os cafezais, que não se tinham reconstituído devido às secas e geadas posteriores. Deve ter exercido um papel importante nessa diminuição da produção a falta de recursos com que lutavam os cafeicultores, o que os impedia de tratarem convenientemente a lavoura e os obrigava a utilizar as ruas de entre os pés de café para a plantação de cereais.

Esta diminuição da produção brasileira, associada à proibição do plantio a partir de 1902, deve ter auxiliado a melhorarem as expectativas dos operadores do mercado e os preços internacionais começaram a se elevar, passando de 6,4 cents por libra-peso em 1901, para 7,0 em 1903, para 8,1 em 1904 e para 8,6 em 1905. Internamente, a situação melhorara, passando o café de 4\$902 por 10 quiãos, em 1902, para 6\$365, em 1904, mas, já em 1905, a elevação da taxa cambial fizera o preço retornar a 4\$865, a despeito da elevação dos preços em dólares.

A situação caminhava, portanto, para a regularização quando as floradas da safra 1906/07 mostraram claramente que o Brasil estava diante de uma produção de volume até então desconhecido. O estoque mundial, que na abertura daquela safra seria de pouco mais de 9 milhões de sacas, tinha perspectiva de ser duplicado e os preços deveriam cair abaixo do que havia

vigorado em 1901. Este fato, ligado ao câmbio de 15 57/64, vigente em 1905, reduziria os preços do café, em moeda nacional, a níveis até então desconhecidos, o que levou o Congresso a incluir na lei orçamentária de 1906 autorização para o Governo da República entrar em entendimentos com os governos dos estados cafeeiros, no sentido de serem tomadas as medidas convenientes "para regularizar o commercio de café, promover a sua valorização, organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda com o fim de aumentar o seu consumo, podendo endossar as operações de crédito necessárias para esse fim, observadas certas condições" (Mensagem do Presidente Rodrigues Alves ao Congresso Nacional. 1906). Ao mesmo tempo, mostrava o Presidente sua disposição de auxiliar a lavoura sem prejudicar a estabilidade monetária e afastava, de início, a pretensão daquela de resolver os seus problemas por uma depreciação cambial.

Colocado o problema entre essas duas limitações: a) a obrigação de o Governo atender aos reclamos da lavoura, e b) esse auxílio não deveria perturbar a estabilidade monetária, ficava claro que existia somente uma solução: o empréstimo interno ou externo. Para se ter uma idéia do montante em jogo, basta lembrar-se que, para a intervenção produzir algum resultado, seria preciso que a safra 1906/07 pudesse terminar com pelo menos o mesmo estoque visível inicial. Pelas boas floradas, estimava-se que aquela safra atingiria a mais ou menos 16 milhões de sacas. A situação seria, então, a seguinte:

1. estoque visível no início da safra	9,6 milhões
2. produção estimada do Brasil	16,0 "
3. produção estimada dos concorrentes	4,0 "
	suprimento total
	29,6 "
4. exportação estimada	16,0 "
	estoque estimado para o fim da safra
	13,6 "

Esses cálculos mostram que pelo menos 4 milhões de sacas deveriam ser compradas. Para dar segurança à operação, seria preciso dispor de recursos para a aquisição de mais ou menos 5 milhões de sacas. Como o Convênio de Taubaté fixara o preço mínimo de 32\$000 para o tipo 7 americano, isto representaria um montante de mais ou menos 160 mil contos de réis (ou, ao câmbio de 15 dinheiros por mil-réis, cerca de 10 milhões de libras esterlinas). Para efeito de comparação, é preciso lembrar-se que, em 1905, nossas exportações atingiam a mais ou menos 45 milhões de libras esterlinas e o total da moeda em circulação era da ordem de 670 mil contos de réis.

De fato, os recursos exigidos seriam muito maiores, pois a safra prevista para 16 milhões de sacas, apresentou-se com mais de 20 milhões e em 31 de dezembro de 1907, o governo do Estado de São Paulo já havia feito comprar mais de 8 milhões de sacas, como veremos a seguir.

O mercado cafeeiro com a intervenção estatal. Defesa episódica

Neste segundo item de nosso trabalho, vamos procurar analisar, com alguma minúcia, o desenvolvimento do mercado cafeeiro durante o primeiro gênero de intervenção governamental. Conforme dissemos, a primeira medida limi-

tadora da oferta foi tomada, realmente, em 1902, quando o Estado de São Paulo proibiu a plantação de novos cafezais e a replantação, pelo prazo de cinco anos, depois estendido por mais cinco. Seria difícil analisar-se toda a sorte de expedientes propostos para resolver as crises cafeeiras que foram aparecendo no decorrer da história do produto. O que se pode afirmar, com relativa segurança, é que a maioria das soluções que são hoje propostas já o foram antes. É o caso, por exemplo, do monopólio da exportação, do estabelecimento de um imposto em espécie, da eliminação dos tipos mais baixos, da realização de acordo internacional, etc. Nosso objetivo é esclarecer a mecânica dos processos de intervenção e destacar-lhes as virtudes e defeitos e, finalmente, julgá-los à luz dos acontecimentos posteriores, como solução do problema a longo prazo.

Primeira operação valorizadora: 1906-1918

Se é certo que o problema cafeeiro esteve sempre em discussão, não é menos certo que foi somente a partir da realização do chamado Convênio de Taubaté que a possibilidade de intervenção foi seriamente considerada. Dá-se aquele nome a um documento firmado pelos presidentes dos Estados de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) e Minas Gerais (Francisco Antônio Salles), em Taubaté, a 25 de fevereiro de 1906, no qual se articulava "um convênio entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para o fim de valorizar o café, regular o seu commercio, promover o aumento de seu consumo e a criação da 'Caixa de Conversão', fixando o valor da moeda" (Documentos Parlamentares. p. 225).

Em sua primeira versão (resultado da reunião de Taubaté), o Convênio fixava os preços mínimos de 55 a 65 francos, em ouro ou moeda corrente do País, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano. Esta cotação vigoraria para o primeiro ano do acordo e poderia, posteriormente, ser elevada até o máximo de 70 francos, segundo as conveniências do mercado. Simultaneamente, seria dificultada a exportação dos tipos inferiores ao 7, melhorada a propaganda no exterior e estimulado o consumo no País. Neste projeto, o financiamento do esquema seria realizado à custa de emissões lastreadas com um empréstimo externo projetado de 15 milhões de libras esterlinas, o qual serviria de base para a criação da Caixa de Conversão. Este empréstimo seria garantido por uma sobretaxa de três francos, a ser cobrada sobre cada saca exportada. Como medida complementar, os estados signatários do Convênio (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) se comprometiam a dificultar a expansão da área plantada com café.

Como é claro, por sua definição, o Convênio tratava de duas questões interdependentes mas distintas: a valorização do café e a estabilização da taxa cambial. O segundo objetivo, por ser de exclusiva responsabilidade do Governo Federal, aparentemente não tinha razão para figurar no projeto. Acreditamos ter ele sido incluído por duas ordens de considerações.

Em primeiro lugar, é evidente que se a valorização tivesse bom êxito, ela pressionaria a taxa cambial para cima, de duas maneiras: *a*) a venda das cambiais, obtidas com o empréstimo externo para a compra dos cafés que seriam retidos, aumentaria a oferta de divisas; e *b*) a elevação dos preços do café (sem a diminuição das exportações, o que, como veremos, era uma das premissas sobre as quais se apoiava o Convênio), melhoraria também

a receita de divisas. Era possível, portanto, que o bom êxito do plano, no que se refere ao seu aspecto externo, destruísse as vantagens internas, pois a melhoria da taxa cambial poderia chegar a anular a repercussão dos aumentos dos preços externos do produto sobre os seus preços internos. Para assegurar esses benefícios, seria necessário, conseqüentemente, estabilizar a taxa cambial.

Em segundo lugar, a estabilização era uma velha aspiração nacional e diminuía o cunho claramente regional do Convênio, cujo bom êxito estava condicionado ao apoio da União às necessárias operações financeiras internacionais. Além do mais, esta cláusula abria, pelo menos, a possibilidade de convocação especial do Congresso para tratar do assunto.

É difícil imaginar-se como a estabilização cambial poderia funcionar, vinculada que estava à operação de defesa. A moeda nacional, emitida sobre o lastro de divisas para retirar o café do mercado, em breve pressionaria para baixo a taxa cambial e acabaria liquidando o próprio lastro. O princípio do funcionamento da Caixa era simples e esperava-se que ela pudesse estabilizar o câmbio a 15, ampliando ou encurtando a quantidade de meios de pagamento à disposição da coletividade. É claro que ela podia conter quase indefinidamente o movimento de alta cambial (não sem custo para o País), mas que não poderia conter o movimento de baixa a não ser até o limite de seu encaixe de divisas (Teixeira Vieira. 1947).

O Convênio de Taubaté representa a origem do tratamento confuso de dois problemas que, apesar de interdependentes, devem ser tratados cada um de um ponto de vista. Temos a impressão de que ficou claro, pela exposição que temos feito, que o problema do café era um problema de mercado. Existia uma superprodução, causada por várias razões, e é certo que uma boa parte da culpa cabia ao comportamento governamental que se seguiu à proclamação da República; mas isso não lhe conferia virtudes maiores do que a de todas as outras mercadorias produzidas: se o café dava a maior parcela da receita de divisas do Brasil, é porque ele recebia também a maior parcela dos seus fatores de produção.

Apesar de toda a sua importância, o café era então, como é hoje, um produto, e tinha que ser tratado como tal. Confundir o problema cafeeiro com o problema cambial e procurar baixar a taxa cambial e fixá-la nesse nível (era essa, pelo menos, a intenção dos participantes do Convênio, que esperavam a estabilização em 12 dinheiros por mil-réis, quando o câmbio estava a 16), simplesmente para favorecer os cafeicultores, era estimular uma transferência de rendimentos dos consumidores de produtos importados para os produtores de café. Além do mais, o País já havia, durante oito anos, pago a sua parcela de sacrifício para o saneamento monetário, iniciado com Campos Salles e continuado por Rodrigues Alves. O primeiro havia encontrado o câmbio a pouco mais de 7 e o último o deixara a mais ou menos 16. É certo que uma parcela dessa melhoria era devida ao *funding* conseguido, mas não é menos certo que talvez a maior parte dela foi conseguida à custa de uma enérgica política de combate à inflação.

Quando se analisa o problema à distância, sente-se claramente como a solução proporcionada pelo sistema de preços foi abandonada, não tanto pelo reconhecimento das suas dificuldades, como para atender aos interesses de uma classe que sofria os azares da atividade empresária.

A Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados agiu muito bem, portanto, separando os dois projetos. O projeto-café, que veremos a seguir, foi tratado independentemente do projeto-Caixa de Conversão, aprovado mais tarde pelo Congresso, tendo ela começado a operar em 22 de dezembro de 1906.

Antes mesmo de ser aprovado no Congresso Nacional, o Convênio foi emendado, em Belo Horizonte, a 4 de julho de 1906, com o fim de permitir o seu funcionamento, mesmo sem a criação da Caixa de Conversão. De acordo com o texto emendado, seria garantido um preço em moeda nacional (de 32\$000 por saca de 60 quilos, que poderia ser elevado até o máximo de 40\$000). A sobretaxa de 3 francos, que seria recolhida pela União, poderia ser cobrada pelos próprios estados.

Essencialmente, portanto, o projeto de valorização consistia no seguinte: seria fixado um preço mínimo de 32\$000 por saca para o café tipo 7 (com um aumento proporcional para os tipos superiores), financiado por uma dívida externa de 15 milhões de libras esterlinas, que deveria ser paga por um imposto de 3 francos por saca de café exportado.

Com a aprovação do plano por parte do Congresso, generalizou-se a crença de que ele seria, de fato, executado e os lavradores, certos de que poderiam obter por seu produto o preço mínimo nele estipulado, diminuíram as vendas de seus cafés, o que já constituía uma restrição voluntária da oferta. Como o Convênio foi aprovado em 31 de julho de 1906, no Senado Federal, boa parte da safra 1906/07, que teria sido vendida em condições normais, ficou à espera das compras governamentais.

Na hora de executar o plano, verificou-se que seria impossível levantar-se os 15 milhões de libras esterlinas. A situação começou a agravar-se diante da indiferença tanto dos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como do Federal, que deveria abandonar o poder a 15 de novembro de 1906.

Diante desses fatos, o Estado de São Paulo decidiu empreender, por sua própria conta, a valorização, obtendo financiamentos por caminhos inteiramente diferentes dos que até então haviam sido pensados.

Em agosto de 1906, o governo paulista conseguiu do Brasilianische Bank fur Deutschland (em virtude da recusa da Casa Rothschild, nossos banqueiros tradicionais, que se opunham ao plano de valorização e à Caixa de Conversão) um empréstimo de um milhão de libras esterlinas (reembolsável em 1-8-1907) e iniciou as compras de café por sua conta. No mesmo mês, o Governo do Estado de São Paulo entrou em entendimentos com Hermann Sielcken, o mais importante comerciante de café na ocasião, que arquitetou um plano de financiamento do qual participariam os grandes capitais investidos na indústria. Como resultado dessas conversações, um grupo de comerciantes de Nova Iorque decidiu-se a fornecer 80% dos fundos necessários para adquirir 2 milhões de sacas de café, ao preço de 7 cents por libra-peso (o preço no disponível, em Nova Iorque, era ligeiramente superior: estava a 7,98 cents/libra-peso, como média no segundo semestre de 1906).

A medida que a safra se apresentava, ficou claro que todas as estimativas a haviam subestimado de maneira muito importante, pois, ao invés de 16 milhões de sacas, ela produziu 20,2 milhões. Em dezembro de 1906 é negociado mais um empréstimo de dois milhões de libras esterlinas com J. H. Schroeder & Co., de Londres, e outro de um milhão de libras esterlinas

com o National City Bank, de Nova Iorque, garantidos ambos pela sobretaxa de 3 francos e reembolsáveis em quatro anos, a partir de 1908. O empréstimo inicial do Brasilianische Bank fur Deutschland foi coberto por outro, também obtido com a Casa Schroeder.

Dentro do plano Sielcken, sobre o adiantamento de 80% que seria fornecido pelos grandes torradores norte-americanos, o Estado de São Paulo pagaria 6% de juro e 3% de comissão por ano e o café seria armazenado nos Estados Unidos. Dessa maneira, o Estado de São Paulo entrava com 20% do valor do café comprado. No fim de um ano, para ser possível saldar os compromissos assumidos, o preço do café deveria ser, pelo menos:

a) adiantamento	5,6 cents/libra-peso
b) custo do adiantamento	0,5 cents/libra-peso
c) parte integrada pelo Estado de São Paulo	1,4 cents/libra-peso
	<hr/>
	7,5 cents/libra-peso

Sobre esse custo incidiria, ainda, o juro do capital levantado diretamente pelo Estado de São Paulo. Vemos, assim, que o café deveria ser recolocado no mercado com a maior brevidade, para impedir a realização de prejuízos.

Esta primeira fase da valorização apresenta aspectos interessantes, que mostram a grande dificuldade de realização e a grande instabilidade dos acordos de preços em escala internacional. Quando São Paulo assumiu sozinho o peso da defesa, passou a cobrar a taxa de 3 francos, instituída pelo Convênio de Taubaté, no que não foi seguido pelos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nessas circunstâncias, a procura podia facilmente surprender-se naqueles mercados. A praça do Rio de Janeiro funcionava, então, como funcionam nossos concorrentes, protegidos pela defesa brasileira. Foi somente quando São Paulo atuou diretamente sobre aqueles estados e deu-lhes mais algumas concessões é que eles então passaram a cobrar a taxa de 3 francos.

Ela mostra, também, como, à medida que o plano avança em sua execução, o Estado procura cobrir-se do pessimismo que o vai dominando, pelo crescimento dos estoques, comprando somente os tipos melhores e que no futuro poderão ser colocados com maior facilidade.

Em janeiro de 1907, a Casa Theodor Wille & Cia. iniciou as compras de café, tipo 7 no Rio de Janeiro (agora já por conta dos três estados) mas recusava-se a comprar os cafés inferiores. Esta medida desmoralizava os cafés inferiores (que estavam sendo vendidos de maneira mais ou menos normal), e forçava a sua depreciação, prejudicando de maneira particular as lavouras de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Acresce a circunstância de que a classificação por tipo era rigorosa, de maneira que os compradores governamentais na verdade compravam em média tipo 6 e pagavam tipo 7. Os protestos violentos que se seguiram a esta decisão retratam não somente prejuízos eventuais decorrentes dos fatos que apontamos acima, mas principalmente os interesses prejudicados pela cessação das vantagens que lhes eram conferidas quando a defesa era realizada apenas por São Paulo. Os cafés estavam tendo boa saída pelo Rio de Janeiro à custa da defesa realizada pela praça de Santos.

O certo é que a pressão sobre os tipos inferiores, que se realizava sob as vistas do Governo Federal, acabou forçando a sua participação na defesa.

Resolveu-se então, que o Banco do Brasil emprestaria recursos ao Estado de São Paulo para a aquisição de cafés de tipos inferiores e que o Governo Federal daria a sua garantia ao empréstimo externo destinado ao cumprimento do Convênio de Taubaté. Ao mesmo tempo, o próprio Governo Federal tentou obter um empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas para a continuação do plano, por intermédio de seus banqueiros, à Casa Rothschild; esta, em resposta, disse estar disposta a tratar de um empréstimo destinado ao próprio Governo Federal, que gozava do melhor crédito, mas que ela, a Casa Rothschild, não poderia, de forma alguma, ligar o seu nome a uma verdadeira aventura, reprovada pelo bom senso comercial e financeiro do mundo.

As compras se prolongaram até meados de junho de 1907, quando o Estado de São Paulo, após ter retirado do mercado cerca de 8 milhões de sacas, declarou que não mais compraria café e que conservaria os estoques em seu poder até conseguir preços compensadores. De fato, em dezembro de 1907, o Governo do Estado havia comprado 8,1 milhões de sacas de café, que se encontravam armazenadas, não só no Brasil como também nos Estados Unidos e na Europa. Conforme vimos no capítulo anterior, se a safra 1906/07 fosse de 16 milhões de sacas, o excedente do estoque visível seria da ordem de 4 milhões. Tendo a safra alcançada 20,2 milhões de sacas, o excedente passou a ser de 8,2 milhões de sacas, mais ou menos a quantidade que o Governo adquiriu, com os financiamentos obtidos do "sindicato" do Sielcken, dos banqueiros da Casa Schroeder Ltd. e de comerciantes europeus.

No fim da safra 1906/07, o estoque mundial visível era da ordem de 16,4 milhões de sacas, metade do qual pertencia ao Governo do Estado de São Paulo e se encontrava fora do mercado. O estoque de comercialização visível não excedia, portanto, a 8,5 milhões de sacas, inferior àquele com que a safra se iniciara. Apesar disso, os preços internacionais não reagiram, como pode ser apreciado no quadro seguinte:

QUADRO 20
Preço do Rio 7 no disponível em Nova Iorque
(Em cents por libra-peso)

Anos	1.º semestre	2.º semestre
1905	8,04	8,45
1906	8,10	7,98
1907	7,01	6,26
1908	6,22	6,28

Fonte: Wallace, B. B. & Edminster, L. M. 1930.

Com a suspensão das compras, em junho de 1907, os preços caíram continuamente no segundo semestre do ano, atingindo 6 cents por libra-peso em novembro.

Com 8 milhões de sacas estocadas e com recursos que, além dos do próprio Estado de São Paulo (que eram muito pequenos), montavam a um empréstimo total de 4 milhões de libras esterlinas e ao financiamento de 80% do valor das compras, era preciso encontrar novas fontes de financiamento para sustentar a operação, porque os vencimentos eram relativamente curtos. Concedeu, então, o Estado de São Paulo, em arrendamento, a um

grupo franco-norte-americano, a Sorocabana Railway Co. Ltd. e, tendo como garantia o produto dessa operação, levantou mais 2 milhões de libras esterlinas.

Quase ao mesmo tempo, em outubro de 1907, o Governo Federal autorizou os seus banqueiros — a Casa Rothschild — a emitir um empréstimo, em seu nome, de 3 milhões de libras esterlinas, que seria entregue a São Paulo para a regularização dos compromissos assumidos com a valorização.

A nota marcante desta operação residia no fato de que quase todo o café comprado (com exceção de pouco menos de um milhão de sacas) fora expedido para os grandes portos importadores dos Estados Unidos e da Europa, consignado a grandes operadores do mercado. A maior parte dos recursos necessários para a execução da operação foi fornecida pelos próprios empresários do setor importador de café, dentro das condições do plano Sielcken.

No começo de 1908, o Estado de São Paulo ainda comprou algum café (pouco mais de 300 mil sacas), e o total atingiu 8.474.623 sacas. Pouco depois, sob a insistência do comércio, o Estado autorizou a primeira venda de uma pequena partida de cafés, o que foi apontado pelos opositores do plano como o primeiro indício de que ele iria ruir. De fato, em abril, quando surgiram as notícias, o preço médio do café em Nova Iorque caiu de 6,25 cents/libra-peso em média, no primeiro trimestre do ano, para 6,06.

Acontece, porém, que sendo os cafés da valorização todos de boa qualidade, eles conseguiram preços superiores aos vigorantes no mercado e, num curto espaço de tempo, o Estado já tinha vendido quase 1.200 mil sacas, sem que o nível médio dos preços sofresse alteração sensível. Quando o seu estoque atingiu 7 milhões de sacas (ou, mais exatamente, 6.992.920 sacas), o Estado de São Paulo declarou estarem encerradas as vendas e anunciou que só pensaria em iniciá-las quando houvesse necessidade de suprir o consumo e desde que fosse possível alcançar preços remuneradores. Com isto, encerrava-se o que se pode chamar de a primeira fase da valorização: tinha sido retirado do mercado o excedente e os preços, que haviam atingido o seu nível mais baixo no primeiro semestre de 1908, começavam a dar sinais de recuperação.

Para se ter uma idéia dos recursos que haviam sido adiantados pelos empresários do setor importador de café, que estavam recebendo, em consignação, o café adquirido, basta considerar-se o quadro seguinte, relativo à cerca de 7 milhões de sacas de café, que pertenciam ao governo paulista, em fins de 1908:

QUADRO 21

a) Saldo do empréstimo Schroeder-City	£ 2.230.000-0-0
b) Adiantamentos dos consignatários	£ 10.457.074-9-5

Fonte: Documentos parlamentares. 1915. v. 2, p. 4.

O fato de praticamente 2/3 dos recursos necessários à operação terem sido fornecidos por empresários do próprio setor importador de café teve conseqüências importantíssimas. Em primeiro lugar, se é certo que eles seriam, de qualquer maneira, ressarcidos de prejuízos eventuais derivados de uma

baixa ainda maior nos preços do produto (existia uma cláusula no plano Sielcken pela qual lhes era creditada automaticamente a diferença das quedas de preços abaixo de 7 cents por libra-peso), não é menos certo que, à medida que a operação se realizava, ela passou a ser considerada pelos operadores como sendo um de seus próprios negócios. Em segundo lugar, o volume de capitais envolvidos na indústria do café era então, como é hoje, de proporções consideráveis, e a sua participação no negócio dava-lhe muito maior segurança. Isto tornou muito mais fácil a realização do *funding* de 1908.

A falta de estabilidade do programa de valorização derivava da própria forma de seu financiamento. Ele havia sido realizado, em parte, por capitais do próprio setor cafeeiro norte-americano, dentro do plano Sielcken e, em parte, por capitais conseguidos pelo Estado de São Paulo com a série de empréstimos que descrevemos. Estes empréstimos financiavam a compra de café que, armazenado no estrangeiro, dava origem a *warrants*, os quais, descontados, possibilitavam a ampliação das compras. Tratando-se de operações de curto prazo e que eram olhadas com muita desconfiança por quase todo o sistema bancário estrangeiro, não poderiam ser sustentadas por muito tempo, pelas dificuldades de se conseguir capital de movimento.

O bom êxito final da operação dependia, portanto, da possibilidade de ser consolidada toda a dívida assumida e não se encontrar um esquema de pagamento que pudesse ser cumprido sem pressionar de maneira violenta o tesouro paulista. A operação de valorização implicava grandes custos, além do capital imobilizado no próprio café: pagamento de juro e comissão aos consignatários da mercadoria e que haviam realizado a parte principal do financiamento; pagamento de juro dos empréstimos contraídos; pagamento da armazenagem na Europa e nos Estados Unidos; pagamento de um corpo importante de funcionários para executar e fiscalizar as operações, etc.

No mesmo ano de 1908, colocou em execução o Estado de São Paulo uma nova lei, em que se instituiu um imposto *ad valorem* de 20% sobre as exportações que excedessem 9 milhões de sacas na safra 1908/09, 9,5 milhões na 1909/10 e 10 milhões na 1910/11 e seguintes, ao mesmo tempo que elevava a taxa de 3 francos para 5. Um dos artigos da nova lei autorizava o Governo do Estado de São Paulo a contrair um empréstimo externo de 15 milhões de libras esterlinas, para realizar a consolidação.

O estoque visível nos mercados mundiais (excluídos, naturalmente, os cafés da valorização, que não estavam à venda) tinha sido o seguinte:

QUADRO 22
Estoque mundial visível em 31 de dezembro
(Em 1.000.000 de sacas)

Regiões	1905	1906	1907	1908
Europa	5,4	6,0	9,4	8,5
Estados Unidos	4,4	3,8	3,7	3,5
Total	9,8	9,8	13,1	12,0

Fonte: Retrospecto commercial. 1909. p. 110.

A situação caminharia com rapidez para a regularização, pois as safras brasileiras dos próximos anos não deveriam superar, em média, 12 milhões de sacas, as quais, somadas a mais ou menos 3,6 milhões produzidas por nossos concorrentes, dava um suprimento de 15 a 16 milhões de sacas por ano, enquanto o consumo era da ordem de 19 milhões de sacas. Registrar-se-ia, assim, um déficit anual de 3 a 4 milhões de sacas, o que em breve forçaria uma elevação dos preços do produto, a não ser que o estoque da valorização fosse vendido.

Diante dessas perspectivas, o Governo Federal foi autorizado pelo Congresso a conceder garantia a um empréstimo de valor máximo de 15 milhões de libras esterlinas. De fato, o empréstimo foi conseguido por intermédio de um grupo de banqueiros coordenados pela Casa J. H. Schroeder & Co. e pela Société Générale de Paris, ainda em 1908. Dentro do plano de empréstimo, o Estado de São Paulo ofereceu como garantia adicional o seu estoque de 7 milhões de sacas (1,75 em Nova Iorque, 1,88 no Havre, 1,62 em Hamburgo, 1,1 em Antuérpia e outras cidades) e comprometeu-se a pôr em prática três medidas de restrição: diminuição das plantações, taxa de 5 francos e o imposto *ad valorem* sobre os excessos de exportação. Para regular a venda dos cafés em estoque, foi nomeada uma comissão composta de representantes do Brasil, de comerciantes que haviam participado do plano original e dos banqueiros.

Com os recursos fornecidos pelo empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, a situação financeira melhorou e ficou evidente que o Estado de São Paulo poderia, de fato, manter por muito tempo fora do mercado o estoque de café adquirido. A situação, como vimos, melhorava, pois o suprimento anual era inferior à procura. Estes fatos provocaram uma inversão das expectativas dos operadores do mercado e o preço do café passou, em Nova Iorque, de 6,28 cents/libra-peso em média, no segundo semestre de 1908 (quando foram realizados os entendimentos para a consolidação), para 7,97 cents por libra-peso no primeiro semestre de 1909, apesar de a safra 1908/09 ser da ordem de 13 milhões de sacas. Com a diminuição da safra 1910/11, que atingiu apenas 11 milhões de sacas, os preços do café subiram a 8,58 cents/libra-peso no primeiro semestre e a 9,70 cents/libra-peso no segundo semestre de 1910 e a 12,53 e 13,41 cents/libra-peso, respectivamente, no primeiro e segundo semestre de 1911.

A situação estava sob controle do comitê de valorização. Os preços melhoraram continuamente e o estoque foi sendo vendido. O empréstimo contraído em 1908 e que se venceria completamente em 1918 foi liquidado em 1914, quando o Estado de São Paulo passou a controlar, novamente, cerca de 3 milhões de sacas, que ainda restavam nos armazéns europeus.

No início de 1914, o Estado de São Paulo vendeu 700 mil sacas em Hamburgo, do café pertencente aos estoques da valorização, restando 2,4 milhões de sacas, assim distribuídas: Bremen, Trieste e Antuérpia, com 1,23 milhão, e o Havre com 1,22. Já em 1915, o Governo Alemão adquiriu (sob força), por cerca de 120 milhões de marcos, depositados numa casa bancária de Berlim, mas intransferíveis, os estoques de Bremen, Trieste e Antuérpia, restando, portanto, apenas o café do Havre, vendido em 1918.

Apreciação crítica da valorização

A idéia da valorização apoiava-se em algumas premissas:

a) que mesmo a sobretaxa de 3 francos, mais o aumento de preço produzido pela retirada do excedente, seria imperceptível ao consumidor. Augusto Ramos, um dos arquitetos do plano, assim se expressa a este respeito: "O aumento de 15 a 20 francos que pretendemos conseguir, digamos 200 réis por quilo de café, irá pesar sobre o consumidor alemão (3 kilos por ano) à razão de 50 réis por mês! Sobre o belga, o dinamarquês, o americano e o suéco, na proporção de 90 réis por mês e sobre os ombros do holandês, com a quota de 120 réis em 30 dias! E esses todos são os mais fortes consumidores do mundo." (Documentos parlamentares. 1915. v. 1, p. 378);

b) que as elevações de preço seriam incapazes de dar nascimento a uma concorrência mais ativa. Acreditava-se cegamente na predestinação brasileira para o café. Antes de iniciar o projeto de valorização, o Estado de São Paulo procurara saber quais as condições de competição de nossos concorrentes e concluiria que eram praticamente inexistentes. Em primeiro lugar, os baixos preços em que ainda permaneceria o produto e os grandes estoques desestimulariam grandes investimentos na lavoura cafeeira e, em segundo lugar, mesmo que esses investimentos se realizassem, eles só amadureceriam em cinco ou seis anos; e

c) como desde 1902 existiam no Brasil limitações ao plantio, a produção nacional não poderia crescer de maneira importante no futuro. A safra de 1906/07 era conseqüência de circunstâncias particularmente felizes e que tinham pequena probabilidade de se repetirem.

Aceitas essas premissas, era difícil deixar de concluir que os preços do café se elevariam tão logo fosse absorvido o excesso da safra 1906/07. Aliás como vimos, a situação melhorava constantemente e, na ausência daquela safra gigantesca, o mercado se equilibraria sem o aumento da pressão dos valorizadores. Dentro dessa ordem de idéias, o projeto de valorização simplesmente anteciparia de três ou quatro anos uma alta que, por necessidade, se verificaria, com a vantagem de estabilizar os preços pelo regulamento da oferta. Por outro lado, como o custo fixo de produção do café é bem mais importante do que o custo variável, a grande safra de 1906/07 deveria assistir a uma grande diminuição dos custos unitários. Dessa maneira, os cafeicultores receberiam por seus cafés um preço mínimo que era, certamente, superior ao custo de produção das lavouras marginais e que deixava bons lucros para os lavradores mais eficientes. Do ponto de vista físico, a operação era inteiramente viável, pois o café pode ser armazenado por tempo relativamente longo, ganhando alguns deles melhoria de bebida. O preço da valorização seria, portanto, unicamente o juro que se deveria pagar pelo empréstimo.

Este tipo de comportamento foi minando completamente a crença no sistema de preços. Quando o Convênio foi apresentado, não se tratava mais de resolver o problema dentro dos quadros comerciais da época: procurava-se dar ao cafeicultor um preço mínimo pelo qual se compraria toda a safra, se isto se tornasse necessário.

O Convênio dava realmente a impressão de um passe de mágica, pois permitia resolver o problema sem custo aparente para o País: realizava-se

um empréstimo externo, comprava-se café, os preços subiriam e, com uma taxa de exportação e com a venda posterior dos cafés retirados do mercado, o empréstimo seria resgatado.

Em toda a discussão que se travou sobre o assunto, na imprensa e no Congresso, o argumento mais poderoso dos defensores da valorização e que nunca encontrou uma resposta satisfatória, residia em dois pontos: a) que existia (o que já vimos anteriormente) uma grande rigidez dos preços do café no varejo, produzida pelo mecanismo de comercialização. Augusto Ramos, a que nos referimos, diz, no mesmo documento, que "... os preços de consumo não se modificarão, em geral, para qualquer cotação não superior a 75 francos (Havre)", e esta cotação corresponderia a mais ou menos 10 cents/libra-peso, em Nova Iorque, e b) que mesmo onde não existia a rigidez produzida pelos impostos de importação, como nos Estados Unidos, o consumo respondia com muita lentidão às diminuições de preço.

Esta inelasticidade da procura era utilizada somente como argumento de prova da possibilidade do aumento de preços (e, portanto, da melhoria da situação dos cafeicultores), sem causar repercussão no consumo. Augusto Ramos (1934) era perfeitamente coerente, pois, acreditando naquela inelasticidade, concluía que a valorização do café sem a simultânea estabilização da taxa cambial não resolveria o problema do cafeicultor. A valorização teria como subproduto a elevação da receita de divisas e a melhoria da taxa cambial, compensando, em moeda nacional, pelo menos uma parte das elevações de preço em moeda estrangeira.

É curioso observar-se, em toda essa discussão, que as possíveis influências da queda dos preços do café sobre a taxa cambial não eram levadas em consideração. O próprio Murtinho, quando defendia uma solução natural para o problema, esperava que graças às medidas financeiras internas (resgate de uma parcela das emissões e saneamento do sistema monetário) e externa (o *funding*), a diminuição dos preços do café seria insuficiente para depreciar a taxa cambial. Meio século de história do produto mostrava que, a curto prazo, os aumentos das exportações eram insuficientes para compensar a queda dos preços, de maneira que deveriam mesmo ser esperadas reações no mercado cambial. É muito possível que, acostumado como estava a tratar separadamente o problema do café e o problema do câmbio, o Ministro pensasse em contornar o problema, caso ele chegasse a se efetivar, recorrendo a novos créditos externos.

Não pode haver dúvidas sobre o fato de que esta era a solução mais inteligente a longo prazo, pois os aumentos das exportações garantiriam os novos níveis da receita de divisas sem manter em níveis elevados os preços do produto. É esta, provavelmente, a causa mais importante da estagnação da concorrência (quando medida em termos globais) até quase a Primeira Guerra Mundial.

Por outro lado, não deixa de ser importante notar-se que os partidários da valorização não compreendiam que, se a safra 1906/07 chegasse de fato ao mercado, a receita de divisas do País iria reduzir-se de maneira considerável, a curto prazo, e a taxa cambial deveria subir (pois seria impossível compensar-se a redução recorrendo-se permanentemente a empréstimos externos). Dessa maneira, o problema dos preços do café em moeda nacional — que era, de fato, a questão que se procurava resolver com a valorização — seria em parte resolvido pelo próprio mercado. É claro que, pela importân-

cia maior representada pelo setor exportador, a redução dos preços do café significaria uma perda nas relações de troca e uma diminuição do nível de rendimento, o que deslocaria para a esquerda a curva de procura de divisas. Mesmo assim, pensamos que aquele resultado seria alcançado, porque o Brasil dependia estreitamente das importações até de alimentos e, a partir de certo nível, a curva de procura de divisas deveria ser muito inelástica. Ao mesmo resultado conduziam, aliás, as grandes necessidades de pagamentos nos países estrangeiros, por compromissos financeiros do Governo.

A desvalorização cambial transferiria rendimentos das classes importadoras para as exportadoras e teria, a longo prazo, o seu próprio corretivo no aumento do volume das exportações. Além do mais, é certo que, se os preços baixassem suficientemente, o cálculo realizado pelos valorizadores (apoiados na premissa de que o consumo estava crescendo e que a uma safra grande seguem-se, em geral, duas ou três safras pequenas) seria realizado pelos especuladores e pelos próprios operadores normais do mercado, que se disporiam a tomar uma parcela maior do excedente. Tanto isto é verdade que Stelcken encontrou uma forma de financiar uma parcela muito importante do excedente, na base de 80% do preço de 7 cents por libra-peso.

Durante o período de discussão do plano de valorização, não encontramos qualquer referência mais importante à manutenção da receita de divisas do País ou à sua possível ampliação, que seria o argumento utilizado nas valorizações mais recentes. A valorização foi imaginada como um instrumento para melhorar a situação do cafeicultor (porque o caminho da depreciação cambial, via financiamento interno, estava trancado ainda como reflexo da obstinação de Murinho) e as suas possíveis repercussões sobre a receita de divisas do País não eram argumentos importantes, nem contra e nem a favor do plano.

A primeira formulação clara da doutrina que seria depois amplamente utilizada para a defesa dos preços do café e que consiste na ligação do montante de divisas produzido por aquele bem ao processo de desenvolvimento econômico do País, parece ter surgido nas discussões travadas na Câmara Federal sobre a questão da garantia da União ao empréstimo de 15 milhões de libras, a ser contraído pelo Estado de São Paulo para a consolidação da valorização. Para provar o interesse da União, dizia Alcindo Guanabara a 20 de novembro de 1908, que "é incontestável a influência dos preços do café sobre a nossa situação financeira. Si temos de pagar as nossas contas no estrangeiro com o valor da nossa produção exportada, si o café representa mais de metade desse valor, si o preço do café cair, é evidente que o total daquella valor se reduzirá na proporção dessa queda e, evidentemente, que a nossa capacidade de comprar soffrerá equivalente redução" e, logo adiante, dizia ainda que "... é evidente que o ágio desse ouro (que deveria ser procurado para cobrir o deficit) subirá, ou, em termos comuns, que o câmbio baixará, não tendo nós recurso algum para mantê-lo à taxa fixada. Assim, temos interesse, a União tem interesse em que sejam mantidos em termos regulares os preços do café..." (Documentos parlamentares. 1915. v. 2, p. 100).

Mas foi talvez no parecer de Serzedello Corrêa, apresentado ao Congresso a 23 do mesmo mês, que a doutrina encontrou a sua forma completa: "Pode a União recusar ao Estado de São Paulo o seu auxílio, já não diz moral, mas real, de co-participação nos sacrifícios que a questão do café está a

exigir? Quem, senhores, com o conhecimento do assumpto, será capaz de affirmá-lo? O café entra em mais de metade, em muitos annos, por cerca de três quartos do valor exportável com que todo o nosso vasto paiz adquire essa série de utilidades que carecemos para viver e paga essa série de despesas que fazemos no exterior. Quer isso dizer que mais de metade da renda total de nossas Alfândegas, quasi três quartas partes dos recursos que temos para a vida interna e externa da União, o temos por causa da exportação do café. Desvalorizar essa produção e difficultar a importação, é diminuir nos mercados de consumo as condições da offerta do que consumimos, encarecendo a vida; é reduzir as rendas ou recursos com que custeamos todos os serviços, isto é, *paralysar o nosso progresso* (o grifo é nosso), abrir o deficit em nossos orçamentos, agravar a situação da nossa moeda; deprimindo-lhe o poder aquisitivo: é, emfim, trazer de norte a sul, do Rio Grande ao Acre uma atmosphera de amarguras, de oppressões, de soffrimentos que affectam o capital e o trabalho, o Estado e o município, o commercio e a indústria, o lar, a Pátria inteira."

Há uma experiência administrativa que merece ser destacada, por mostrar que difficilmente é possível afastar-se destes tipos de operação todas as formas de corrupção. O governo do Estado de São Paulo realizou as suas compras por intermédio de agentes comerciais e há razão sufficiente para se acreditar que eles tenham tirado vantagens consideráveis de sua posição. Além da comissão a que tinham direito pela compra, parece que se estabeleceu uma certa forma de pressão sobre os agricultores, oferecendo-se, por lotes corridos, preços muito inferiores ao que se justificaria diante dos preços garantidos pelo governo. Esta pressão era, na realidade, facilitada pelo fato de as compras diárias serem limitadas a uma certa quantia e de não se conhecer, precisamente, quando o Estado de São Paulo suspenderia as suas operações. Os agricultores, com uma safra excessivamente volumosa em suas mãos (o que representa um grande aumento das despesas diretamente variáveis com o volume da produção) e com os seus compromissos vencidos, precipitavam-se sobre os compradores officiais, o que lhes dava uma posição muito cômoda para exercerem pressão no sentido de depreciar os lotes apresentados para compra. Dessa maneira, além da comissão, podiam eles ganhar por intermédio de toda uma gama de operações, como a compra a preço mais baixo do que o garantido, a reclassificação, etc.

Do ponto de vista puramente histórico, a apreciação crítica de determinada ação somente pode ser realizada comparando-se os seus resultados com o objetivo que deveria ter sido alcançado. É por essa razão que não há sentido no julgamento desta operação, quando realizado por meio de uma análise puramente contábil de entrada e saída de recursos, como frequentemente se tem feito. Deste ponto de vista, a valorização foi certamente bem sucedida, pois em 1914 todas as dívidas estavam pagas e o Estado de São Paulo possuía ainda 3,1 milhões de sacas de café. Do ponto de vista dos comerciantes que participaram da operação, esta também foi bem sucedida, pois eles, além de receberem juros e comissões, puderam aproveitar-se das elevações dos preços. Não foi menor o lucro dos banqueiros, que receberam mais ou menos 9% sobre o capital emprestado.

Mas esses pontos são simples subprodutos da operação; ela tem que ser julgada em função do objetivo para o qual havia sido planejada: a melhoria da remuneração dos cafeicultores, em moeda nacional.

Damos, a seguir, o gráfico 4, que permite uma apreciação global da operação levada a efeito pelo Estado de São Paulo. Como se observa, o preço em moeda nacional, que havia caído, em resposta aos grandes aumentos de produção, ao nível de mais ou menos 30\$000 a saca, estava-se recuperando quando ocorreu a grande safra de 1906/07, voltou àquele nível e aí permaneceu até praticamente 1909. Os preços somente melhoraram a partir de 1910, mas em 1912 já haviam praticamente dobrado. O gráfico mostra que a elevação dos preços foi tão violenta quanto efêmera. Em 1914, o preço da saca, em mil-réis, voltava ao nível de 1904.

Se julgarmos o resultado da valorização pela sua capacidade de impedir que os preços em moeda nacional caíssem abaixo do limite fixado pelo Convênio de Taubaté, podemos afirmar que ela teve relativo bom êxito. Os gráficos nos mostram que, com uma procura anual da ordem de 15 a 16 milhões de sacas e um estoque visível da ordem de 11 a 12 milhões em 1903, os preços caíram para 5,6 cents por libra-peso. É evidente, portanto, que com um consumo da ordem de 17,5 milhões de sacas e um estoque visível da ordem de 16 milhões de sacas, os preços cairiam a níveis ainda mais baixos em 1907. Como, por outro lado, a taxa cambial havia melhorado entre aqueles dois anos, os preços em moeda nacional deveriam ser consideravelmente menores do que os que vigoraram em 1903 (29\$728). A operação de valorização garantiu quase o mesmo preço (28\$939) em circunstâncias muitíssimo mais delicadas.

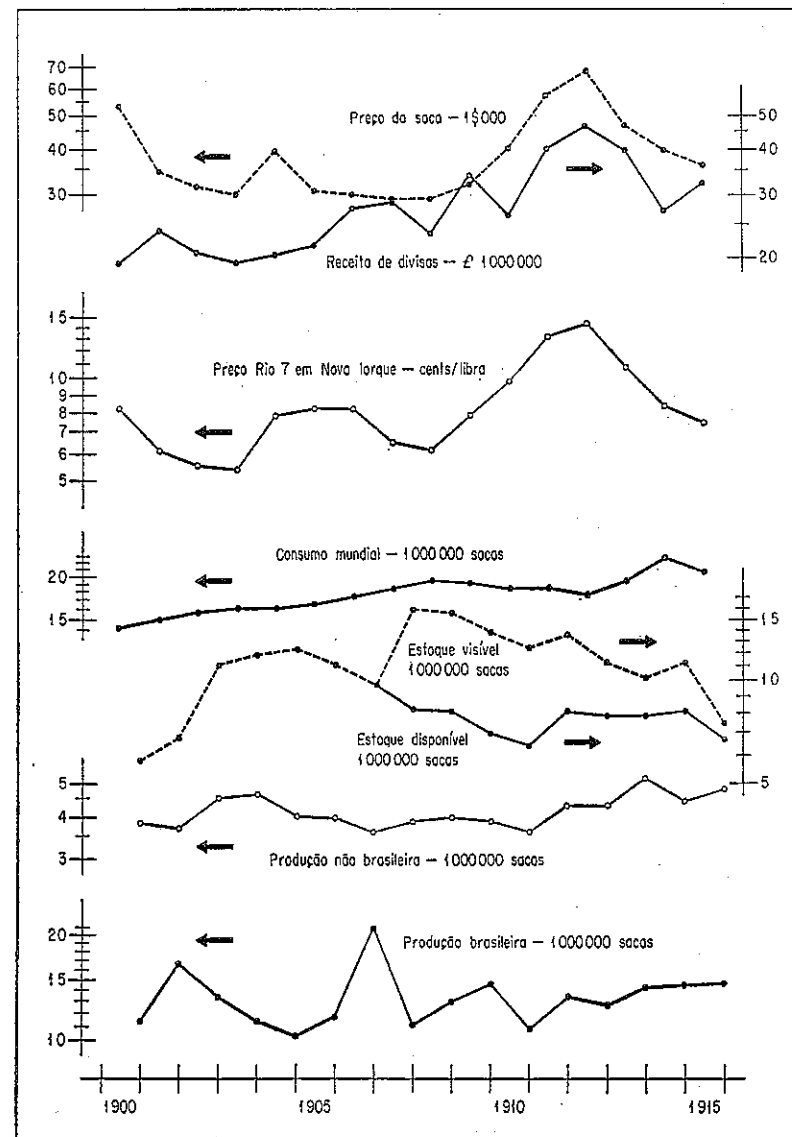
Sem a intervenção, é muito provável que antes de 1911 os preços em moeda nacional não retornassem àqueles níveis, porque quando os preços do café, em moeda estrangeira, caíssem suficientemente, os importadores formariam seus estoques e durante as pequenas safras que se seguiriam, eles teriam melhores condições de resistência.

As altas verificadas devem ter sido, entretanto, muito superiores às que tinham sido imaginadas pelos valorizadores; de fato, a operação produziu vários problemas, tanto nos Estados Unidos como na Europa, onde o Legislativo procurava defender os interesses dos consumidores. Isso deve-se explicar por vários motivos, dentre os quais pensamos serem os seguintes os mais importantes:

a) quando o Estado de São Paulo iniciou a operação, ela foi cercada de inteira desconfiança por parte dos operadores do mercado. Tanto isso é verdade que nem mesmo a retração dos cafeicultores, que esperavam os preços garantidos pelo Convênio de Taubaté, foi suficiente para elevar os preços. Os importadores praticamente deixaram de comprar quando tiveram conhecimento da safra que se apresentaria em 1906/07 e procuraram reduzir os seus estoques. Dessa maneira, eles devem ter entrado no período de valorização trabalhando no regime "da mão para a boca". Durante 1906, 1907 e 1908, em que o Estado de São Paulo comprou 8,4 milhões de sacas, os preços não se elevaram, antes continuaram descendo. Isto se explica pelo fato de todo o sistema de comercialização estar esperando, a todo momento, o esgotamento dos recursos de seus concorrentes (que estavam financiando a operação) e os do próprio Estado de São Paulo, o que estabeleceria o pânico no mercado e jogaria o preço do café a níveis até então desconhecidos. Quando o Estado de São Paulo suspendeu suas compras, isto pareceu o sinal do fim e o preço desceu, em novembro de 1907, a 6 cents por

GRÁFICO 4

Primeira valorização 1906/1918



libra-peso. Durante 1908, a situação permaneceu a mesma; o Rio 7 foi cotado, em Nova Iorque, a 6,22 cents/libra-peso no primeiro semestre e a 6,28 no segundo.

Quando, entretanto, Sielcken e o Estado de São Paulo (amparado na garantia da União) puderam convencer um grupo de banqueiros a respeito da viabilidade de completar a operação com bom êxito e foi possível consolidar toda a dívida a curto prazo que havia sido contraída, os empresários compreenderam que o esquema não terminaria violentamente, como esperavam, e que, em virtude das pequenas safras em perspectiva, os preços do café iriam mesmo se elevar. Esta inversão da expectativa levou os empresários a procurarem fazer estoques, o que pressionou os preços. As exportações que haviam caído para 12,6 milhões de sacas em 1908, se elevaram a 16,9 milhões em 1909, enquanto o preço passava de 6,28 cents/libra-peso no segundo semestre de 1908, a 7,97 no primeiro de 1909, e

b) a retirada de 8,4 milhões de sacas, ainda quando a safra 1906/07 tivesse deixado um estoque disponível ligeiramente superior ao que se poderia considerar normal, teve o seu peso muito aumentado pelas pequenas safras dos anos seguintes. De fato, pode-se afirmar que, a partir da safra 1909/10, a retenção criou uma situação de escassez artificial, que contribuiu para a elevação dos preços.

A verdade é que, se em lugar da grande safra de 1906/07 tivéssemos tido uma safra normal, o mercado cafeeiro teria completado a fase de baixa do seu ciclo e os aumentos dos preços em dólares, que já se estavam verificando desde 1903 (e que não se refletiam nos preços internos pela melhoria da taxa cambial), teriam continuado até uma nova fase de superprodução. Pensamos, portanto, que a violência do acréscimo dos preços entre 1908 e 1912 se deve muito menos à própria operação do que as circunstâncias que a caracterizaram. Se não tivesse havido a inversão de expectativas a que nos referimos, é possível que a valorização tivesse conduzido a uma diminuição da amplitude da oscilação do ciclo. É evidente que não se pode saber se os preços teriam subido menos ou mais do que subiram, se o mercado tivesse continuado livre, mas pensamos que há razão para se acreditar que, sem a grande safra, eles continuariam a marcha ascendente iniciada em 1903, pois a safra 1906/07 abriu com um estoque visível de 9,6 milhões de sacas.

Como todo o café que havia sido retirado do mercado voltou a esse mesmo mercado num prazo relativamente curto (menos a parcela confiscada durante a guerra), o máximo que se pode dizer é que a operação antecipou a elevação dos preços e que, talvez por motivos não essencialmente ligados a ela mas decorrentes do próprio comportamento dos operadores, aquelas elevações tinham sido mais violentas do que teriam sido se o mercado fosse livre. Por outro lado, temos que considerar que já em 1913 os preços entravam em declínio por uma melhoria da produção, tanto do Brasil como de seus concorrentes, sendo esse declínio de preços auxiliado pela colocação dos estoques da valorização.

A observação do gráfico mostra ainda dois fenômenos importantes. Em primeiro lugar, principalmente a partir de 1908, notamos claramente o efeito da inelasticidade da procura do café brasileiro. Chamamos a atenção para o fato de que, apesar de os preços no disponível dobrarem, os preços

do café no varejo sofreram um acréscimo muito menor. Numa apreciação grosseira, podemos afirmar que eles passaram de mais ou menos 26 cents por libra-peso em 1905/07 para cerca de 30 cents/libra-peso em 1911/15. Vemos que, à medida que os preços se elevaram, o consumo total retraiu-se muito pouco e a receita de divisas recebidas pelo Brasil atingiu limites até então desconhecidos. Entre 1908 e 1912, a receita de divisas proveniente do café, dobrou — passou de 23 para 47 milhões de libras esterlinas — e é certo que, se não existisse a Caixa de Conversão, esse movimento teria se refletido na taxa cambial e diminuído a elevação dos preços em moeda nacional, como corretamente o havia previsto Augusto Ramos. O gráfico, traçado em escala monologarítmica, mostra com clareza a pequena reação do consumo à violenta elevação do preço e o aumento quase exatamente proporcional da nossa receita de divisas. Em consequência da estabilização da taxa cambial, a remuneração em mil-réis cresceu na mesma proporção que os preços externos.

A produção não brasileira não chega a revelar, no gráfico, os efeitos dessa elevação de preços. No passado, mais de uma vez haviam-se apresentado períodos de amplas elevações de preço, sem que a produção de nossos concorrentes tivesse apresentado crescimento sensível. A situação mudara, entretanto, pois desde o começo do século a expansão da cultura cafeeira havia sido severamente restringida em São Paulo e era claro que, a longo prazo, nossos concorrentes poderiam beneficiar-se de condições favoráveis que nunca haviam existido.

Um julgamento rápido da primeira valorização pode ser expresso nos seguintes termos:

a) julgada em função do seu próprio objetivo, a operação obteve bom êxito ponderável, pois impediu que os preços em mil-réis caíssem abaixo dos que vigoraram em 1903, em circunstâncias muito mais graves do que as que existiram naquele ano;

b) como subprodutos da operação, podem ser apontados:

— uma elevação violenta dos preços, que certamente não se encontrava entre os objetivos dos valorizadores, mas que não pôde ser controlada, pela inversão das expectativas dos empresários, e

— uma elevação violenta da receita de divisas do País;

c) as grandes restrições instituídas à ampliação das plantações em São Paulo, juntamente com o controle das exportações e com os altos preços do produto (que em função dessas mesmas restrições deveriam permanecer elevados durante muitos anos), criaram condições excepcionais para a expansão da concorrência, que na safra 1919/20 apresentar-se-ia com mais de 7,5 milhões de sacas, quando até então vivera em torno de 4 milhões, e

d) ela revelou que seria possível, em circunstâncias especiais, contar com importantes capitais particulares, o que facilitava a operação de duas maneiras:

— fornecendo recursos, e

— não exercendo pressão sobre os governos estrangeiros para agirem contra o esquema, em defesa do consumidor.

Por outro lado, o estoque de grandes quantidades de café nas praças estrangeiras (realizado como condição da participação daquele capital), revelou um custo extraordinário, pois:

1. as despesas devem ser pagas em moeda estrangeira e todos os problemas administrativos de controle ficam muito mais caros;

2. a manutenção de estoques fora do mercado, diante dos olhos dos compradores, tende a depreciar os preços muito mais do que se os estoques fossem mantidos no interior do Brasil, onde, inclusive, teria sido difícil obter informações estatísticas seguras, e

3. à medida que os preços se elevam, a cobiça dos legisladores, ávidos de votos, começa a derramar-se sobre eles (foi o que aconteceu nos Estados Unidos, na França e na Alemanha), o que tende a criar sérios atritos internacionais.

Rowe (1932, p. 9) aponta ainda outro efeito. Os operadores tendem a reduzir os seus estoques devido à incerteza sobre a data em que serão colocados os cafés pertencentes ao Governo e na certeza de que eles não serão transferidos para outras praças, pelos elevados custos de tal operação.

Deixaremos de discutir aqui um dos problemas fundamentais da operação de valorização, que é a determinação de quem, de fato, a suporta, pois dedicaremos ao problema um tratamento especial mais adiante.

Para finalizar nossa apreciação sobre a primeira valorização, queremos dizer que, por maior que tenha sido o bom êxito (quando, repetimos, medido em termos do seu objetivo), ela deixou uma clara contribuição negativa, que foi o precedente de uma intervenção, que seria reclamada com frequência, posteriormente. A primeira valorização obteve bom êxito por várias razões:

a) quando ela se realizou, a oferta brasileira já não era persistentemente superior ao que o consumo podia absorver aos níveis de preços então vigentes. Como vimos, a ação do sistema de preços punira severamente os agricultores que, iludidos com a desorganização monetária causada pelo "encilhamento", haviam expandido muito os seus cafezais. A safra de 1906/07, com todo o seu volume excepcional (duas vezes a média da produção no período), era o produto de uma série de coincidências: vários anos de geadas e secas haviam depauperado os cafezais, que se encontravam em plena recuperação quando ocorreu um ano muito bom do ponto de vista climático. Este fato dava praticamente a certeza de que, por muitos anos, não se repetiria o fenômeno. Por outro lado, as limitações de plantio, iniciadas já em 1902, garantiam que, durante pelo menos cinco ou seis anos, a produção não poderia crescer de maneira importante. O único problema era, portanto, o de dispor de um excedente de produção facilmente calculável, tão logo fosse conhecida a magnitude exata da safra. Foi por esse motivo que o Estado de São Paulo conseguiu interessar Hermann Sielcken no negócio;

b) a integração, no esquema de valorização, de quase todos os grandes capitais interessados no negócio do café facilitou de maneira importante a operação, pois os predisponha a encará-la como um negócio seu. Sob este

aspecto, dificilmente poderemos avaliar o papel excepcional desempenhado pelo gênio financeiro e comercial de Hermann Sielcken. Numa larga medida, a primeira valorização foi um *corner* executado por capitais particulares operando por conta do Governo. Tratava-se de uma operação fabulosa, que devia empolgar o espírito do capital aventureiro, afeito a grandes golpes de imaginação e audácia e que dominou o comércio do começo do século, e

c) quando, por influência daqueles próprios capitais, o grupo de banqueiros resolveu auxiliar São Paulo a consolidar a operação, o seu caráter privado ainda mais se acentuou, pois o controle dos estoques passou a ser realizado por um comitê de sete membros, dos quais um apenas era representante do Estado de São Paulo (os demais representavam os interesses dos capitais do setor importador norte-americano de café e dos banqueiros que haviam financiado a operação). Isto deu ao esquema um alto poder de ajustamento às condições do mercado e diminuiu, de maneira importante, a oposição que teria sido feita às elevações dos preços. Mais do que isso: esta forma de organização permitiu uma larga separação entre os objetivos econômicos e as suas inevitáveis implicações políticas. Nas valorizações posteriores, particularmente na chamada época da "defesa permanente", o problema econômico seria subordinado aos interesses políticos do Governo, o que representou uma das forças mais poderosas que levaram o sistema à derrocada.

Segunda operação valorizadora: 1917-1920

Antes mesmo que o estoque da primeira operação estivesse inteiramente liquidado, registrou-se nova intervenção governamental no mercado, devido às complicações internacionais surgidas com a I Guerra Mundial. Esta intervenção foi o produto das condições de estagnação a que haviam sido levadas as exportações durante a guerra.

É difícil reconstituir-se hoje o estado de pânico gerado pelo início do movimento armado na Europa, mas é essencial destacar-se alguns dos seus pontos mais importantes, para que seja possível uma compreensão melhor das circunstâncias em que se realizou esta segunda intervenção.

Desde a política iniciada por Murinho e continuada por Leopoldo de Bulhões, o Governo Federal deixara de recorrer às emissões para resolver os seus problemas. A partir de 1906, o volume total de moeda em circulação começou a crescer — a despeito do resgate de parte das emissões do Tesouro — devido às operações da Caixa de Conversão. O grande movimento de capitais verificado até antes da guerra (de empresas particulares e empréstimos públicos) fornecia recursos àquele organismo para realizar emissões, que cresceram até 1912, quando atingiram a pouco menos de 410 mil contos de réis (aproximadamente 2/3 das emissões do próprio Tesouro). Apesar dessa componente inflacionária, a taxa cambial manteve-se firme (ou melhor, mostrava séria tendência para melhorar), o que dá uma idéia da importância dos movimentos das entradas de capitais no País. Este movimento foi positivamente auxiliado pelos efeitos da primeira valorização do café, que havia elevado a receita de divisas provenientes do produto, de 27 milhões de libras esterlinas em 1910, para 40, 47 e 41 milhões, respectivamente, em 1911, 1912 e 1913.

Internamente, entretanto, os efeitos inflacionários não podiam ser mascarados por outros fenômenos, e os preços começaram a subir. O movimento geral dos negócios melhorou, mas em breve as receitas públicas eram insuficientes para liquidar os compromissos assumidos pelo Governo. Já em 1913, o Governo Federal teve de obter um empréstimo externo de 11 milhões de libras esterlinas para cobrir a diferença dos orçamentos, e estava negociando outro, quando começou a guerra (Victor Vianna. 1926. p. 773).

Em 1912, a inflação causada pelas emissões da Caixa de Conversão atingira o seu auge e a taxa cambial se mantinha firme, como já dissemos, porque era intenso o movimento de capitais e porque o café produzia uma enorme quantidade de divisas. Em 1913, com o crescimento das probabilidades de guerra (e com a ligeira redução do valor das exportações de café), a pressão das importações forçou a baixa da taxa cambial. Este fato precipitou a procura de cambiais sobre a Caixa de Conversão. Para se ter uma idéia desse movimento, basta lembrar-se que as emissões da Caixa de Conversão passaram de pouco menos de 410 mil contos de réis em 1912 para pouco menos de 300 mil contos em 1913, e para mais ou menos 160 mil contos em 1914. Esta compressão do meio circulante causou sério abalo nas relações comerciais internas, agravadas ainda mais com a deflagração da guerra.

É claro que com o movimento altamente favorável do balanço de pagamentos do País (em consequência não só da valorização do café como também da melhoria da posição internacional da borracha), do qual se pode apreciar, unicamente, a parte relativa às exportações e importações, que damos a seguir,

QUADRO 23

Anos	Exportação	Importação	Saldo
	— em £ 1.000.000 —		
1901	40,6	21,4	19,2
1902	36,4	23,3	13,1
1903	36,9	24,2	12,7
1904	39,4	25,9	13,5
1905	44,6	29,8	14,8
1906	53,1	33,2	19,9
1907	53,2	40,5	12,7
1908	44,2	35,5	8,7
1909	63,7	37,1	26,6
1910	63,1	47,9	15,2
1911	66,8	52,8	14,0
1912	74,6	63,4	11,2
1913	64,8	67,2	- 2,4
1914	46,5	35,5	11,0

Fonte: Retrospecto commercial (vários anos).

a taxa cambial só poderia estabilizar-se à custa de uma pressão inflacionária. Isto é ainda mais verdadeiro ao se saber que o movimento de

entrada de capitais foi muito intenso. Em 1911, por exemplo, os empréstimos públicos no exterior foram da ordem de quase 12 milhões de libras esterlinas e os particulares ultrapassaram a casa dos 20 milhões. O quadro mostra que as importações se aceleraram de maneira importante a partir de 1910 (quando as exportações já haviam atingido um relativo equilíbrio), o que se deve explicar pelo desenvolvimento do processo inflacionário. Em 1913, a inflação já havia caminhado demais e a taxa garantida pela Caixa de Conversão já não representava a taxa cambial de equilíbrio.

Em condições normais, à medida que o ouro da Caixa de Conversão fosse sendo retirado, as notas conversíveis iriam sendo recolhidas e a compressão do meio circulante iria limitando o desenvolvimento do processo inflacionário. Infelizmente, as condições favoráveis do comércio exterior haviam permitido que a inflação crescesse bastante sem pressionar de maneira ponderável a taxa cambial. Quando se apresentou o deficit do balanço comercial de 1913 (ampliado por uma redução do movimento de capitais em consequência das perspectivas de guerra) os deficits governamentais eram enormes; a situação de prosperidade criada pela própria inflação tinha colocado grandes estoques nas mãos dos canais de comercialização; os salários haviam se elevado, etc., de maneira que a violenta compressão dos meios de pagamentos gerou um estado de pânico.

Impossibilitado de recorrer ao crédito exterior, o Governo Federal socorreu-se, de novo, das emissões de papel-moeda, que não se verificavam desde 1898. Entre 1914 e 1918, realizaram-se emissões equivalentes a um milhão de contos de réis, o que compenhou largamente o resgate das notas da Caixa de Conversão, pois o meio circulante, que era de 1.013 mil contos em 1912 (no auge das emissões da Caixa de Conversão), atingia a 1.700 mil contos em 1918.

Uma parte importante dessas emissões foram feitas para socorrer o sistema bancário, ameaçado pelo estado de pânico. Victor Vianna (1926) assim descreve o fenômeno: "A notícia da declaração de guerra provocou tal retrahimento dos negócios que foi necessário decretar a 3 de agosto de 1914 feriado até dia 15, ficando durante todo esse período suspensos todos os actos impracticáveis nos dias feriados por lei, exceptuando-se desta medida somente as repartições públicas em caracter administrativo, menos a Caixa de Conversão. A 15 de agosto foi suspenso pelo prazo de 30 dias os vencimentos dos títulos. Sob o regime dessa lei, com a garantia de que seriam prestados auxilios aos bancos, foram elles reabertos no dia 17."

Em 1917, com a entrada da safra e com a impossibilidade de exportação, o estoque nos portos nacionais assumiu proporções alarmantes (Santos passou de menos de um milhão de sacas em julho de 1916 para quase 6 milhões em julho de 1917), o que certamente jogaria o preço do café, em moeda nacional, a preços ínfimos, provavelmente inferiores ao custo médio de produção (até o porto), estimado entre 4\$000 e 5\$000 por 10 quilos. Aquela absorção esgotara os comissários e o sistema bancário não tinha condições de prestar qualquer auxílio à lavoura, pois ainda não havia saído da crise.

O Estado de São Paulo conseguiu, então, do Governo Federal, 110 mil contos das novas emissões que estavam agora constantemente se realizando, e comprou cerca de 3,1 milhões de sacas em Santos e no Rio de Janeiro, na base de 4\$900 por 10 quilos. Além disso, um acordo realizado com

o Governo Francês, para o fornecimento de 2 milhões de sacas, auxiliou a desafogar a situação.

A intervenção do Estado de São Paulo foi feita em virtude das perspectivas da safra 1917/18, que se apresentava relativamente volumosa, atingindo quase 15 milhões de sacas, quando o consumo, devido à guerra, havia caído abaixo desse nível. Durante os dois primeiros anos de guerra, o volume das importações mundiais cresceu de maneira importante (22,2 milhões de sacas na safra 1914/15 e 20,7 milhões de sacas em 1915/16, quando havia sido de 17,9 milhões em 1912/13 e de 19,3 em 1913/14), mas, com o recrudescimento das operações navais (principalmente o bloqueio da Europa), essas importações caíram para 15 milhões em 1916/17 e para 14,9 milhões em 1917/18.

Não houve grandes perturbações no volume das exportações de café senão em 1917 e 1918, quando a guerra submarina recrudescceu, nos quais foram exportadas 10,6 e 7,4 milhões de sacas, respectivamente, contra uma média de 13 milhões, mais ou menos, no quinquênio anterior. Os preços haviam melhorado naqueles anos, em moeda internacional e, graças à desvalorização cambial (a Caixa de Conversão tinha suspenso as suas operações), haviam subido eles muito mais em moeda nacional, como se vê no quadro a seguir:

QUADRO 24

Anos	Preço do Rio 7 em Nova Iorque em cents por libra-peso ^a	Preço na exportação \$1000 por saca ^b
1910	9,70	39,6
1911	13,41	53,9
1912	14,46	57,8
1913	10,91	46,1
1914	8,28	39,0
1915	7,53	36,3
1916	9,36	45,2
1917	9,27	41,5
1918	9,77	47,4

Fontes: ^a Wallace, B. B. e Edminster, L. M. (1930. p. 135).
^b Taunay (1946. p. 549).

Difícilmente poder-se-ia atribuir, como Rowe (1932. p. 10) o fez, a elevação dos preços em Nova Iorque às compras do Governo, pois elas começaram já tarde, no segundo semestre de 1917, quando os preços do Rio 7, que haviam sido de 10 cents por libra-peso no primeiro semestre, haviam baixado para 7,7 cents/libra-peso em novembro, devido ao volume da safra 1917/18. No primeiro semestre de 1918, os preços atingiram a média de 8,7 cents/libra-peso, quando haviam estado a 8,5 no segundo semestre de 1917. A elevação de preços começou, realmente, em setembro de 1918, e pode ser considerada muito moderada, tendo-se em vista os efeitos da violenta geadada de 1918.

Quando a guerra terminou (novembro de 1918), os estoques visíveis do mundo haviam baixado de maneira importante, situando-se em torno de 8 milhões de sacas, metade das quais pertenciam ao Estado de São Paulo, que passara a ter o inteiro comando da situação do mercado. Mais importante do que isso é o fato de que os chamados estoques de segunda linha (de prateleira do comércio varejista e dos próprios consumidores) haviam praticamente desaparecido.

Por outro lado, a esse tempo, tornaram-se conhecidos os verdadeiros efeitos da geadada de 1918 e o mundo cafeeiro tomou conhecimento de que, pelo menos durante dois anos, a oferta brasileira seria muito inferior à normal.

Nessas circunstâncias, era inteiramente natural que a procura, principalmente a dos especuladores, se precipitasse, o que elevou os preços do Rio 7, de 10,7 cents/libra-peso em novembro de 1918, para 17,3 em dezembro, que, depois de uma ligeira baixa, atingiu 22,8 cents/libra-peso em julho de 1919, quando a safra brasileira de 1919/20 apresentou-se com 9 milhões de sacas.

Com essa situação, o Estado de São Paulo dispôs de todo o seu estoque de café com lucros fabulosos — 129 mil contos de réis — que foram repartidos em partes iguais com a União. O restante da valorização de 1906 também foi vendido, quando os preços começaram a subir, em 1918.

Pode-se dizer que os preços do café acompanharam o desenvolvimento da inflação mundial, a qual, acelerada em 1916, atingiu o seu ponto máximo em 1920. Os dados a seguir mostram o crescimento dos preços no período:

QUADRO 25

Anos	Índice de preços no atacado		Índice dos preços do café ^c
	Estados Unidos ^a	Inglaterra ^b	
1915	100	100	100
1916	123	126	124
1917	169	162	123
1918	189	178	130
1919	200	191	226
1920	222	232	160

Fontes: ^a e ^b Fellner (1956. p. 394 e 395);
^c Disponível em Nova Iorque, Rio 7.

Vemos que os preços do café cresceram muito menos do que o índice de preços do atacado durante o período de guerra, e que mesmo as compras do Estado de São Paulo, em 1917/18, foram insuficientes para mover aquele índice mais do que seis pontos acima do de 1916 (cerca de 5%). Foram as condições excepcionais da procura que produziram o aumento de 1919. O máximo que se pode dizer desta operação é que o Estado de São Paulo, comprando o café, impediu que os preços em moeda nacional caíssem a

níveis ainda mais baixos e que, agindo como agiria um especulador normal (talvez mais normal que esse próprio especulador), usufruiu dos benefícios de um movimento favorável do mercado. É preciso notar-se que, quando o café foi comprado, não se sabia bem até quando iria o conflito mundial e de que forma ele terminaria. Essa foi a razão mais forte pela qual os operadores do mercado preferiram transferir os riscos da manutenção dos estoques para o governo do Estado de S. Paulo. Se tivesse havido certeza sobre o fim do conflito e seu resultado, é certo que os operadores teriam procurado estocar o café, pois as perspectivas de lucro teriam sido enormes.

Sendo as compras financiadas por emissões de papel-moeda, isto representou um imposto (sob a forma de inflação) sobre toda a coletividade, que passou, assim, a assumir o risco da operação. O lucro auferido não tem, portanto, qualquer característico anormal. A única coisa lamentável é que o produto da operação não tenha sido usado para resgatar as emissões anteriormente realizadas.

A situação melhorara de maneira importante para a agricultura, que em 1918 viu a saca de café valer 47\$390, 94\$612 em 1919 e 74\$703 em 1920. A receita de divisas proveniente do café passou de pouco mais de 25 milhões de libras esterlinas, em média, nos quatro anos anteriores, para nada menos de 66 milhões em 1919 e 40 milhões em 1920. A taxa cambial, que estivera entre 11 e 12 dinheiros por mil-réis durante a guerra, melhorou para 14 em 1919 e 1920 (apesar do deficit do balanço comercial verificado neste último ano, quando as importações cresceram aos níveis das exportações de 1919).

É evidente que essa melhoria da taxa cambial deve-se também a outro fenômeno, que foi a grande inflação mundial ocorrida durante a guerra e da qual demos um sintoma no quadro anterior. Entre 1915 e 1920, os preços praticamente duplicaram em quase todos os mercados mundiais. Não temos um indicador seguro do movimento de preços no Brasil durante o período. O índice, que desde 1912 era calculado pelo Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda, deve dar, entretanto, uma indicação genérica desse movimento. Por ele verificamos que o custo da vida, no Rio de Janeiro, havia evoluído de 100, em 1915, para 150, em 1920. Não é possível ter-se certeza sobre os números. De resto, mesmo os índices americanos e ingleses, apesar de construídos com o máximo cuidado, não refletem, também, toda a realidade. O ponto importante, entretanto, é que todas as informações suplementares de que se dispõe confirmam o fato de que os preços subiram mais depressa no exterior do que no interior, o que certamente contribuiu para dar maior estabilidade à taxa cambial.

Em consequência de toda essa série de eventos favoráveis, o Estado de São Paulo havia terminado, em meados de 1920, todas as suas operações sobre o café. Intervira duas vezes com bom êxito (medido pelos resultados positivos das operações: sustentação dos preços em moeda nacional e por volta de 10 milhões de libras de lucro na primeira e pouco mais de 4 milhões na segunda) e ganhara uma enorme experiência no negócio. O próprio Governo Federal, a princípio hesitante, tirara boas vantagens das operações. Estes fatos, que pareciam contraditar toda a ortodoxia econômica (dizia-se freqüentemente que as operações, apesar de condenáveis do ponto de vista teórico, eram recomendáveis do ponto de vista prático!), fortaleceram de tal maneira a posição dos chamados "valorizadores" que dificilmente

haveria qualquer titubeio por parte do Governo para intervir em outras dificuldades. A oposição havia sido esmagada pelo peso dos fatos e não ousava mais falar.

Infelizmente, esses aspectos positivos estavam sendo solapados pelo completo abandono às restrições de crescimento da oferta. Já em 1917 os agricultores voltavam a cair no comportamento contraditório de reclamar melhores preços para seu produto, devido a um excesso de produção em relação àquilo que o consumo podia absorver aos níveis vigentes de preços, e a reclamar contra a falta de mão-de-obra. Pode-se argumentar dizendo que o desequilíbrio entre oferta e procura era devido às dificuldades de embarque. Era mesmo, mas não se poderia saber quando essas dificuldades seriam superadas, de maneira que continuar a plantar café nessas circunstâncias era inteiramente irracional.

No mesmo ano de 1917, o próprio presidente do Estado de São Paulo, Sr. Altino Arantes, e o Sr. Augusto Ramos, advertiam que, se continuassem as plantações a noroeste do estado e nas fronteiras com o Paraná, era inevitável uma grande superprodução. Essas plantações seriam aceleradas logo a seguir e constituiriam a mais poderosa alavanca para a destruição de todo o mecanismo de defesa pacientemente armado pelo Brasil.

Terceira operação valorizadora: 1921-1924

Vimos que a chave do rápido bom êxito da operação anterior residiu no violento decréscimo da produção brasileira em consequência da geadas de 1918. Na safra 1920/21, os cafezais se recuperaram e as floradas mostravam que a produção seria volumosa.

De fato, ela se apresentou com 16,2 milhões de sacas, quando a de 1919/20 havia sido de 8,9 milhões, e a de 1918/19 de 11 milhões, e a média do quinquênio anterior a esta safra não passara de 14,5 milhões. Mais do que isso, as sucessivas manobras brasileiras já começavam a produzir os seus efeitos sobre a concorrência, que se apresentaria em 1920/21 com 5,8 milhões de sacas (na safra anterior tinha produzido 7,7 milhões), quando a sua média nunca passara de 3,5 a 4 milhões. O quadro seguinte dá a situação estatística do mercado nas últimas safras:

QUADRO 26

	1918/19	1919/20	1920/21
	— em 1.000.000 de sacas —		
Brasil	10,97	8,86	16,22
Outros	4,50	7,68	5,79
Total	15,47	16,54	22,01
Consumo	15,89	18,54	18,47
Diferença	- 0,42	- 2,00	3,54

Vimos anteriormente que, depois da grande safra de 1906/07, a produção mundial era, geralmente, inferior ao consumo e que, à medida que se esgotavam os estoques acumulados, o mercado ia passando de comprador para vendedor. A situação prolongou-se durante o período de guerra (com exceção de 1916/17 e de 1917/18) e ampliou-se ainda mais a partir de 1918, devido à geada. É este movimento que explica a maior parcela do bom êxito das intervenções governamentais.

O estoque mundial voltara aos níveis do começo do século, o que dava uma posição de barganha particularmente forte para os produtores. No correr da safra 1920/21, dois eventos alteraram o quadro:

- a) a inflação mundial liquidou-se numa crise de importantes proporções, e
- b) o volume de produção apresentou-se acrescido.

De acordo com Wilson (1949), a depressão que se seguiu à prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos, foi curta e severa. O índice de produção industrial caiu de 95, em fevereiro de 1920, para 64, em março de 1921. O índice de emprego caiu de 116, em março de 1920, para 80, em julho de 1921, mas o índice de pagamentos totais de salários caiu ainda mais, de 125, em junho de 1920, para 72, em julho de 1921. A queda dos preços do atacado foi enorme, passando de 247, em maio de 1920, para apenas 138, em janeiro de 1922, o que representa uma queda de 45%.

Esse violento movimento de contração reduziu o nível de rendimento dos consumidores e, conseqüentemente, causou uma retração na procura, o que significa que, para manter-se o mesmo nível de consumo, teria sido preciso conceder-se diminuições importantes nos preços.

O ano de 1919 havia apresentado o maior valor das exportações brasileiras até então conhecido (cerca de 130 milhões de libras, contra pouco mais de 60 no triênio anterior) e, apesar do aumento das importações (mais ou menos 80 milhões de libras esterlinas, contra 45 milhões no triênio anterior), deixara o saldo de 50 milhões de libras (contra mais ou menos 14 milhões no triênio anterior), o que só não produziu uma melhoria acentuada na taxa cambial devido ao acúmulo de remessas de capitais, causado pelo período de guerra. Mesmo assim, esse saldo do balanço de comércio contribuiu, de maneira importante, para ir melhorando a taxa cambial durante o ano, a qual, em novembro e dezembro, atingiu mais de 17 dinheiros por mil-réis, em média, resultado a que não se chegava há muito tempo.

Sob a pressão da reconstituição dos estoques de primeira e segunda linha e dos efeitos da geada de 1918, os preços do café haviam atingido o seu ponto máximo em julho e agosto de 1919 (em agosto, o Santos 4 esteve cotado a 29,6 cents por libra-peso, no disponível, em Nova Iorque, e o Rio 7 a 22 cents/libra-peso). O movimento de alta foi, evidentemente, acelerado pela procura de especulação, que tende a aumentar em circunstâncias semelhantes.

À medida que o mercado se normalizava, os preços voltaram ao nível de 25 cents/libra-peso para o Santos 4 e 16 cents/libra-peso para o Rio 7 e se estabilizaram, como se vê no quadro 27.

Do ponto de vista dos cafeicultores, o aspecto mais grave do problema residia no fato de que a taxa cambial havia caído com menor rapidez do que os preços do café, o que reduzira os seus preços de 95\$000 a saca,

QUADRO 27

Anos	Meses	Preço do disponível em Nova Iorque — em cents por libra-peso —	
		Rio 7 ^a	Santos 4 ^b
1919	julho	22,83	28,60
	agosto	22,03	29,56
	setembro	16,88	26,43
	outubro	16,16	25,63
	novembro	16,88	26,50
1920	dezembro	15,08	25,33
	janeiro	16,44	25,75
	fevereiro	14,77	24,75
	março	14,99	24,30
	abril	15,25	24,13
	maio	15,56	24,19
	junho	15,08	23,53

Fontes: ^a Wallace, B. B. & Edminster, L. M. 1930. p. 135.

^b Rowe (1932, p. 86).

em 1919, para 75\$000, em 1920. Coincidindo essa redução dos preços com uma safra volumosa a ser comercializada e com uma retração de todas as linhas de crédito, a situação dos cafeicultores começou a se agravar. Em novembro de 1919, o Federal Reserve Board havia recomendado aos bancos que procurassem restringir a expansão do crédito e, no início de 1920, os bancos americanos e ingleses chegaram a um acordo a esse respeito. "Les banques limitant leurs crédits" — diz-nos Lescure (1938, p. 276) — "les négociants américains et anglais durent suivre cet exemple." Os efeitos dessa limitação de crédito atingiram o mercado cafeeiro, pois os operadores americanos não poderiam continuar a manter seus estoques no mesmo nível. Quase ao mesmo tempo escrevia Augusto Ramos (1934, p. 511), que "a acção depressiva exercida pelos grandes bancos do Federal Reserve, restringindo o crédito habitual de que gozavam as grandes casas importadoras de café naquele país e obrigando-as, desse modo, e à custa de enormes prejuízos abandonar e desorganizar o mercado", somente poderia ser contornada pela intervenção governamental no mercado.

Dentro dessa situação, a única maneira de sustentar o mesmo volume de negócios era por meio da redução dos preços, redução que tinha de ser ainda mais acentuada porque os operadores americanos e europeus possuíam um estoque considerável de café e só procuravam comprar muito baixo para poderem fazer a média dos preços.

Em maio de 1920, a inflação americana registrava o seu máximo, atingindo 247 o índice de preços do atacado (1913 = 100), e o movimento de retração começou a ganhar impulso, arrastando para a baixa o preço de todos os produtos. Para agravar ainda mais a situação, a safra 1920/21 apresentava-se volumosa. Coincidiam, portanto, para a queda dos preços do café, dois movimentos: um deslocamento para baixo da curva de pro-

cura do café e um aumento da oferta. Os preços do café Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, caíram de 24,4 cents/libra-peso no primeiro semestre de 1920, para 9,51 cents/libra-peso no primeiro semestre de 1921.

Esses movimentos, por sua vez, repercutiram de maneira violenta sobre a taxa cambial, por vários motivos.

A partir de maio, o balanço comercial, que vinha registrando saldos positivos crescentes desde 1919, registrou saldos negativos, como se vê no quadro seguinte:

QUADRO 28

Meses	Exportação e Importação em 1920 — em £ 1.000.000 —		
	Exportação	Importação	Saldo
Março	13,9	7,6	6,3
Abril	10,6	8,3	2,3
Maio	9,9	11,0	- 1,1
Junho	9,1	9,6	- 0,5
Julho	7,1	10,7	- 3,6
Agosto	7,5	12,9	- 5,4
Setembro	7,2	12,6	- 5,4
Outubro	7,5	14,1	- 6,6
Novembro	6,5	11,3	- 4,8
Dezembro	5,0	11,7	- 6,7

Fonte: Retrospecto commercial. 1920, p. 24.

A situação do balanço de pagamentos se agravava porque as remessas de capitais (para pagamento de juro e amortizações) eram mais ou menos fixas e tinham de ser feitas de qualquer maneira. Além do mais, à medida que a taxa cambial se depreciava, isso precipitava a procura no mercado de câmbio, para diminuir os dispêndios em moeda nacional.

Como medida de combate ao desemprego, o sistema bancário americano facilitava as exportações, descontando, com a maior facilidade, os títulos delas decorrentes. Tanto os Estados Unidos como a Inglaterra podiam fornecer produtos muito mais baratos do que anteriormente, pois, enquanto os preços ali caíam violentamente, como se pode observar pelo quadro 29, os preços nacionais cresciam com maior rapidez devido à inflação interna, o que aumentava a procura das importações.

Sob a pressão desses eventos, importações e exportações diminuíram com velocidades diferentes e a taxa cambial passou de mais ou menos 17 dinheiros por mil-réis, no primeiro quadrimestre de 1920, para 9 5/8 em dezembro do mesmo ano e para 7 43/64 e 6 9/32, em dezembro de 1921 e 1922, respectivamente.

A crise deu início a toda uma série de política em todos os países, destinadas a insular as economias nacionais dos movimentos da conjuntura internacional. Essas políticas, que foram desde o fornecimento de crédito para as exportações até a promulgação de elevadas tarifas, destinavam-se a sustentar o nível de atividade interna, mas não foram bem sucedidas em

QUADRO 29

Ano	Meses	Índice para a comparação de preços internacionais (1913 = 100)	
		Estados Unidos	Inglaterra
1920	Janeiro	248	227
	Fevereiro	248	219
	Março	253	249
	Abril	267	266
	Maio	269	265
	Junho	262	271
	Julho	254	255
	Agosto	240	236
	Setembro	232	224
	Outubro	214	209
	Novembro	196	195
	Dezembro	179	184

Fonte: Statistical abstract of the United States. 1923, p. 576.

seu conjunto, pois o resultado líquido mais importante das restrições foi uma redução substancial do volume do comércio internacional.

Apesar de as medidas de restrição atingirem mais fortemente o mercado de capitais, começou a ganhar vulto a idéia de estabelecer restrições a importação de mercadorias consideradas suntuárias, como foi o caso da França e da Alemanha.

As dificuldades criadas pela crise ao movimento de capitais (o Brasil mantivera, até então, a sua taxa cambial, não somente porque os déficits governamentais podiam ser cobertos com empréstimos externos, mas também por que recebia cada ano uma parcela importante de novos investimentos estrangeiros) e as modificações estruturais por que estava passando a nossa economia (a guerra acelerara de maneira muito importante o desenvolvimento industrial do País e, em 1921, fora criada a Carteira de Redesconto, abandonando-se de vez o tabu penosamente construído por Murinho e Bulhões contra as emissões de papel-moeda) impediram que a taxa se recuperasse. Quando se pensou novamente em sustentar o câmbio com a criação da Caixa de Estabilização, em 1927, a taxa escolhida foi a de 5 115/128, ou seja, 6 dinheiros por mil-réis.

As exportações de café, que em 1919 haviam atingido 13 milhões de sacas, rendendo 73 milhões de libras esterlinas, reduziram-se a 11,5 milhões, em 1920, rendendo apenas 53 milhões. Como a crise se caracterizava principalmente por uma redução violenta dos preços, compreende-se que os operadores do mercado tivessem diminuído as suas compras ao mínimo, de maneira a transferir o risco da manutenção dos estoques, o que explica a redução do volume exportado.

O bom êxito das operações cafeeiras anteriores começava a dar ao Governo Federal grande confiança em sua ação e, nos princípios de 1921, sem grandes discussões, ao contrário do que ocorrera anteriormente, iniciou-se, sob a direção do Conde Siciliano, que inspirara a primeira valorização,

a operação de compra de cafés nos portos de Santos e Rio de Janeiro, bem como instituiu-se uma limitação de entrada de café nos dois portos. A recém-criada Carteira de Redescuento emitiu o dinheiro necessário para a aquisição do café e em breve tinham sido compradas 4,5 milhões de sacas do produto. Os preços internacionais do café começaram a reagir, passando o Rio 7, no disponível, em Nova Iorque, de 6,7 cents/libra-peso no primeiro semestre de 1921 para 8 cents/libra-peso no segundo semestre. Internamente, o preço mínimo de aquisição nos portos passara de 9\$400 por arroba em março para 19\$200 em dezembro (Retrospecto commercial. 1921. p. 27).

A rápida intervenção do Governo Federal se deve a duas ordens de motivos. Em primeiro lugar, os bons lucros das operações anteriores constituam um estímulo poderoso, diante das dificuldades financeiras permanentes do Governo. Em segundo lugar, consagrava-se a doutrina de que a defesa dos preços do café era um problema nacional. O presidente Epitácio Pessoa assim se expressa, em sua Mensagem de 1921: "O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil."

Utilizando-se como garantia o café adquirido, levantou-se um empréstimo externo de 9 milhões de libras esterlinas. Com este empréstimo (da mesma maneira que ocorrera na primeira operação), nomeou-se uma comissão de banqueiros (Rothschild, Schroeder e um representante da Brazilian Warrant Co.) e um elemento escolhido pelo Governo brasileiro para tratar da liquidação paulatina dos estoques.

É certo que esta operação, realizada pelo Governo Federal, poderia ter sido melhor conduzida se disso tivesse sido incumbido o Estado de São Paulo, que já possuía uma grande experiência acumulada a respeito do assunto. Em primeiro lugar, as compras parecem que foram realizadas em velocidade e montante muito superiores ao que seria preciso para melhorar as cotações do produto. Em março (quando se iniciaram as compras) o preço do café passou de 9 para 13 mil-réis a arroba e em junho atingia 18 mil-réis. Os preços da saca na exportação, que haviam estado a 47 mil-réis em 1918, foram elevados para 75 em 1920 (em 1919, devido aos eventos excepcionais que expusemos, ela havia estado a 95 mil-réis), a 82 mil-réis em 1921 a 119 mil-réis no ano seguinte.

A situação em nada melhorou quando o comando das operações (para facilitar o contrato com os capitalistas estrangeiros) passou às mãos da Brazilian Warrant Co., que possuía todas as ações da Caixa Registradora e ficou com o completo domínio do mercado, o que lhe dava uma posição particularmente favorável para tirar vantagens das operações que realizava, tanto no mercado físico como no mercado a termo. A defesa que Rowe (1932. p. 23) faz da Brazilian Warrant Co., pode-se dirigir a mesma crítica que ele faz do resumo de Hellwig, publicado no Boletim Medeiros: aquele "account should be treated by the historian with considerable caution", pois ele se preocupou exclusivamente com as possibilidades de lucro nas operações do mercado físico. Aliás, o empréstimo externo estipulava, em uma de suas cláusulas, que durante os 10 anos seguintes o Governo

somente poderia defender o café por intermédio da própria empresa encarregada da venda do estoque, isto é, a Brazilian Warrant Co.

Durante a terceira valorização, realizou a primeira tentativa (1921) de regular as entradas de café nos portos, cuja desorganização era a causa de inúmeros problemas financeiros e de transporte. A regularização das entradas seria, depois, uma característica constante de todo o plano de defesa permanente, iniciado em 1922.

Mais uma vez as condições de produção auxiliaram uma liquidação feliz da operação, pois as safras de 1921/22 e 1922/23 foram das menores de que se tinham notícias desde o começo do século e o estoque mundial do produto, que havia atingido 10 milhões de sacas em julho de 1919, caiu para 5,3 milhões no mesmo mês de 1923. Mesmo, portanto, que não tivesse havido a operação de compra, é certo que os preços subiram devido às condições do mercado, pois a economia mundial já se encontrava plenamente recuperada da crise e o consumo mundial, que havia sido de 19 milhões de sacas em 1922/23, passou a 22 milhões em 1923/24 (uma parte destinada à reconstituição dos estoques).

Novamente as circunstâncias favoreceram aos que tinham estoques. Em julho de 1921, o estoque mundial de 8,5 milhões de sacas estava quase todo nas mãos do comércio (cerca de 7 milhões de sacas), mas em 1922 a situação era diferente, pois do estoque de 8,6 milhões de sacas, mais da metade pertencia ao Governo, que tinha, assim, novamente em suas mãos, o comando do mercado. Os preços foram subindo lentamente em 1922 e praticamente se estabilizaram em 1923. Neste período, é muito possível que a ação do Governo tenha impedido um aumento mais rápido dos preços (isto porque o empréstimo estipulava um mínimo superior a 400 mil sacas a ser lançado obrigatoriamente, por ano, no mercado, mas não fixava máximo), vendendo o seu estoque. No ano de 1924, todo o estoque já havia sido vendido e o empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, contraído ao prazo de 30 anos, foi liquidado com grande antecipação e com lucros bastante apreciáveis.

Aparentemente, pelo menos, uma grande parcela do aumento de consumo de café nos Estados Unidos, que auxiliou a solução do problema, deve-se à proibição. Ukers (1922. p. 288 e 689) estimava que, entre 1919 e 1922, uma parte importante do acréscimo do consumo (quase 2 libras *per capita*, ou seja, de 80 a 100 xícaras) era devida à proibição, e apontava a importância desse fato para a formação dos hábitos nos consumidores. Em boletim de 20 de abril de 1928 (apud Rowe. 1932. p. 45), Nortz & Co. apontavam o mesmo fato, dizendo que "coffee as an article of daily necessity has acquired an importance, due to prohibition and the trend of the taste of the public, which would have been considered improbable twenty years ago".

Quando as floradas da safra 1923/24 mostraram que ela provavelmente atingiria 19 ou 20 milhões de sacas, o Governo Federal (já dentro do plano de defesa permanente, o qual veremos a seguir) construiu armazéns reguladores e represou a safra no interior, de maneira a sustentar os preços. Esta medida, combinada com um aumento da procura, elevou os preços do Rio 7, em Nova Iorque, de 10,9 cents/libra-peso no segundo semestre de 1923, para 14,2 cents no primeiro semestre de 1924, e 19,3 cents no segundo semestre. Esta elevação de preços se deve pelo menos a

duas ordens de causas: *a*) os operadores do mercado reconheceram, imediatamente, que a retenção da safra no interior daria lugar a uma elevação permanente dos preços, e procuraram fazer seus estoques quando os preços estavam subindo, pois isto lhes daria maior resistência e maiores lucros no futuro, e *b*) é muito possível que a elevação tenha sido superior à que se verificaria em condições normais de mercado, pois os importadores esperavam, com essa elevação dos preços, afrouxar o controle de entrada nos portos, isto é, elevar a quota diária de Santos e do Rio de Janeiro.

Em 1924, portanto, a maior parte das elevações dos preços deve ser atribuída à oposição de interesses entre os operadores estrangeiros e a política de defesa seguida pelo Governo. Pensamos que não pode haver dúvida sobre o fato de que, deliberadamente ou não, foi o mecanismo da defesa que permitiu a elevação espetacular do preço, que passou de 10,9 cents/libra-peso para o Rio 7, em Nova Iorque, em janeiro, para 22,2 cents/libra-peso, em dezembro de 1924.

O mecanismo utilizado para a defesa, precisamente por sua eficiência, gerou uma grande irritação nos importadores, que compreenderam que agora lhes seria impossível (como acontecera anteriormente, enquanto o Congresso Nacional discutia se a intervenção deveria ser feita ou não) reconstituir os seus estoques e passar novamente ao comando do mercado. As exportações do Brasil, que haviam sido de 12,4 milhões de sacas, em 1921, e de 12,7 milhões, em 1922, atingiram 14,5 e 14,2, respectivamente, em 1923 e 1924, rendendo esta última 66 milhões de libras esterlinas.

Provavelmente por inspiração dos próprios importadores e torradores, iniciou-se nos Estados Unidos uma enérgica campanha contra o café, à qual aderiria depois Hoover, futuro presidente do País. Os preços no varejo haviam sido elevados de mais ou menos 36 cents/libra-peso entre 1921/23, para 43 cents/libra-peso em 1924, e atingiram 50 cents nos anos seguintes.

Este período marca o início da rápida penetração do café colombiano no mercado dos Estados Unidos e marca também a ascensão da concorrência, que passaria a conquistar todos os acréscimos do consumo mundial do café. Nossos concorrentes eram favorecidos por duas circunstâncias: *a*) a construção dos armazéns reguladores no interior mostrava claramente que nunca mais os despachos para os portos seriam completamente liberados e que, portanto, ao menos esta forma de controle seria exercida permanentemente pelo Brasil, e *b*) a política brasileira, precisamente por sua eficiência, mostrava aos importadores que eles não passariam mais ao controle do mercado e que por muito tempo poderíamos impor nossos preços. A única saída para tal situação seria o estímulo da produção de outros países. Sabe-se, aliás, que muitos investimentos americanos foram realizados na Colômbia nessa época.

Um modelo do mercado cafeeiro

Introdução

Nosso objetivo, no presente capítulo, é estudar a curva de oferta do café e o mecanismo de equilíbrio no mercado internacional. Vamos construir um modelo utilizando hipóteses simplificadoras, mas que não se afastam muito da realidade.

Chamemos de $c(t)$ o número de cafeeiros plantados no início do ano t . O pé de café somente se torna completamente adulto depois do seu quinto ano. A partir do seu quarto ano, entretanto, a árvore já produz uma quantidade apreciável de frutos. Dessa maneira, pode-se considerar cafeeiro adulto aquele que possui quatro anos ou mais. Se fixarmos um t , somente serão adultos os cafeeiros ainda vivos e plantados até o ano $t-4$. É preciso considerar-se, por outro lado, que a produtividade do cafeeiro não é uniforme (ela varia com a idade e com a variedade), registrando um crescimento até mais ou menos o 1º ano de vida da planta e decaindo, depois, com maior ou menor rapidez, em função não somente da qualidade da terra mas também dos tratamentos culturais que recebeu.

Vamos chamar de $f_1(t)$ a porcentagem dos cafeeiros plantados no início do ano O (a origem convencional do tempo) e sobreviventes no início do ano t . Em outras palavras, $f_1(t)$ é a curva de sobrevivência dos cafeeiros. Chamemos de $f_2(t)$ a função que dá a produção de café comercial por pé de café com t anos. Esta função se obtém facilmente, descontando-se da produção de café em coco a porcentagem devida à secagem no terreiro e levando-se em conta a "renda". Temos, portanto, que o número de pés de café adultos no ano t é dado por:

$$C(t) = \sum_4^w c_{t-i} f_1(i),$$

onde w é a idade máxima do cafeeiro.

A produção desses cafeeiros no ato t será, portanto, dada por

$$s(t) = \sum_4^w c_{t-i} f_1(i) f_2(i).$$

Não existe qualquer experiência de campo capaz de nos fornecer indicações sobre f_1 e f_2 . Aparentemente, f_1 pode ser aproximada pela função $f_1(t) = 1 - 0,25 t$, que fornece uma taxa de mortalidade anual de 2,5%, o que dá para w o valor máximo de 40 anos. É esse o critério utilizado para o cálculo de custo. É preciso notar-se, entretanto, que a reconstituição das chamadas "falhas" do cafezal é para o agricultor talvez menos um problema econômico do que um problema de honra profissional. Nenhum agricultor que se preze permite a generalização das falhas e providencia a substituição, mesmo que seja somente por questão estética. Seria possível, portanto, deixar-se de considerar $f_1(t)$ sem produzir erros apreciáveis no resultado final.

Com relação a $f_2(t)$, entretanto, não existe informação alguma, a não ser dados de laboratório e algumas contabilidades de fazendas muito bem cuidadas e que, por isso mesmo, não podem ser utilizadas para a sua construção. A determinação de $f_2(t)$, que podemos chamar de curva de produtividade do cafeeiro, foi tentada agora por um grupo de trabalho FAO-CEPAL. Observações que levamos a efeito com alguns dados conhecidos (de fazendas excepcionalmente bem organizadas), nos permitem concluir que o produto $f_1(t) f_2(t)$ poderá ser aproximado, com bastante precisão, por um polinômio de quarto grau. Para simplificar-se a exposição, vamos chamar esse produto de $f(t)$.